

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A HISTÓRIA SAINDO DO ARMÁRIO: IDENTIDADES E RECONHECIMENTO
LGBT+ NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Júlia Silveira Barbosa

PORTO ALEGRE

2021

Júlia Silveira Barbosa

**A HISTÓRIA SAINDO DO ARMÁRIO: IDENTIDADES E RECONHECIMENTO
LGBT+ NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito para título de Licenciada em História pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Mara Cristina de Matos Rodrigues

Co-orientadora: Prof^ª. M^a Priscila Nunes

PORTO ALEGRE

2021

Júlia Silveira Barbosa

A história saindo do armário: identidades e reconhecimento LGBTQ+ no ensino de história

Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito para título de Licenciada em História pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Mara Cristina de Matos Rodrigues

Co-orientadora: Prof^a. M^a Priscila Nunes

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Mara Cristina de Matos Rodrigues (orientadora) – UFRGS

Prof^a. M^a Priscila Spindler Corrêa Nunes (co-orientadora)- SME Canoas

Prof^a. M^a Carla de Moura- SEDUC E UFRGS

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt- UFRGS

PORTO ALEGRE

2021

Dedico este trabalho a todos os sujeitos que sofreram repressões, torturas e perseguições por confrontar a heteronormatividade e cisgenereidade. A todos que sofreram bullying no ambiente escolar. A todos que reivindicam seu jeito de ser e de amar. A todos que se sentiram sozinhos e se sentem sozinhos no mundo.

Há um arco-íris no fim do túnel.

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento é para a mulher mais especial da minha vida, Sofia (*in memoriam*). Hoje, é carinho, memórias e saudades no meu coração. Sempre terá o meu amor, mãe. Obrigada por me ensinar a amar.

Agradeço ao meu pai, Tulio. Obrigada por me ensinar sobre a imperfeição perfeita da humanidade, a andar de bicicleta, e a amar poesias.

Gostaria de agradecer às minhas irmãs Ximene, Mariana, Raisa, Carla, e minha sobrinha Renata por lutarem por um mundo justo. Agradeço aos meus irmãos Lucas e João Lucas. Eu amo vocês eternamente.

Agradeço ao meu amor, Yasmin, por compartilhar a beleza do pôr do sol comigo, e os banhos de mar. Eu amo o teu olhar sorridente.

Quero agradecer às minhas amigas, que permanecem ao meu lado desde o Ensino Básico, e que também lutam por um mundo mais justo. Ana Clara, Byanca, Bianca, Cíntia, Vitória e Krys. Agradeço às amigas que conheci no curso superior de História, por todas as nossas risadas nos intervalos. Agradeço por aprender ao lado e com vocês. Tenho muito carinho por vocês: André, Andressa, Paula, Ana Caroline, Ana Júlia, Mariana, Loisi (Ciências Sociais), Bruna, Luana, Jéssica, Douglas, Carlos, Diego e Marcus. E agradeço à Karol, que conquistou o coração de todos nós, Porto Alegre é tua segunda casa. Também quero agradecer a minha amiga Andreza, que luta pelo Meio Ambiente. Sou grata por ter conhecido todos vocês no meu caminho da vida.

Tenho muito a agradecer ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que fui bolsista no Colégio de Aplicação da UFRGS, sendo o meu primeiro contato com a docência. Agradeço aos professores do colégio, e à minha coordenadora Mara, que se tornou a minha orientadora no trabalho. Durante a minha graduação, fui professora no Coletivo de Educação Território Popular. Também estagiei na Escola Porto Alegre, Escola Érico Veríssimo e Escola Duque de Caxias. Agradeço a todos os colegas pelos aprendizados, e aos estudantes pelo carinho. A educação deve ser de qualidade e para todos. Agradeço aos professores Dante, Camila e Carla por me receberem de braços abertos nos estágios. E agradeço imensamente aos meus colegas do Coletivo, em especial aos professores da História: Greice, Vinícius, Mariana, Paula, Douglas, Marcus, Evelyn e Denise.

Também tenho muito a agradecer ao Prof. Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira, que me orientou na Iniciação Científica. Obrigada por acreditar em mim, e me ensinar tanto! Agradeço também aos meus colegas, que compartilharam quartos e estradas comigo para os simpósios pelo Brasil, Leonardo e Gabriela. Jaguarão (RS) e Belo Horizonte (MG) foram incríveis ao lado de vocês. Tenho muito carinho pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação. Somos um lindo coletivo. Viva às juventudes!

Para a produção deste trabalho, agradeço à minha orientadora Mara Rodrigues, que aceitou a minha proposta de pesquisa, e aceitou embarcar ao meu lado. Também agradeço à coorientadora Priscila Nunes, que embarcou ao nosso lado. Quero agradecer por nossas reuniões, que auxiliaram para tornar as minhas inquietações em um trabalho acadêmico sobre a diversidade e o ensino de história. Muito obrigada pelo auxílio e pelas risadas!

Quero agradecer também a todos os professores e professoras que tive a oportunidade de ter como mestres.

Vocês fazem parte da minha História.

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma sequência didática articulando o ensino de história e identidades LGBTQ+. A disciplina história é potente para a construção de identidades e o reconhecimento de estudantes nos estudos, além de contribuir para a autocompaixão destes. A presente pesquisa buscou construir uma sequência didática e materiais didáticos sobre as resistências LGBTQ+ na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), que permita o reconhecimento de estudantes da comunidade com o conteúdo trabalhado. Também buscou analisar as percepções de estudantes LGBTQ+ sobre os reconhecimentos destes nas aulas de história. A fim de atingir os objetivos, aplicou-se um questionário online como um método de sondagem pedagógica. As respostas auxiliaram na construção da sequência didática. Através do estudo percebeu-se que os estudantes LGBTQ+ não se reconhecem nas aulas da disciplina, e que aprendem por outros meios a história da comunidade. A sequência foi elaborada sobre o contexto social e político na ditadura, as resistências LGBTQ+ no período, e as reações conservadoras atuais em combate aos direitos conquistados pelo movimento. Conclui-se que é preciso abordar gênero e sexualidade nas aulas de história, não apenas nas entrelinhas, e que as instituições escolares devem ensinar sobre as diversidades.

Palavras-chaves: ensino de história; identidade; reconhecimento; ditadura; LGBTQ+.

ABSTRACT

This research offers a didactic sequence articulating the teaching of history and LGBTQ+ identities. The history discipline is powerful for the construction of identities and recognition of students in studies, in addition to contributing to their self-compassion. This research sought to build a didactic sequence and teaching materials about LGBTQ+ resistances in the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985), which allows the recognition of students from the community with the worked content. It also sought to analyze the perceptions of LGBTQ+ students about the recognition of these history classes. In order to achieve the goals, an online questionnaire was applied as a pedagogical survey method. The answers helped in the construction of the didactic sequence. The study shows that LGBTQ+ students do not recognize themselves in the subject's classes, and that they learn the history of the community through other means. The sequence was elaborated on the social and political context in the dictatorship, the LGBTQ+ resistances in the period, and the current conservative reactions in combating the rights conquered by the movement. It is concluded that it is necessary to address gender and sexuality in history classes, not just between the lines, and that institutions should teach about diversities.

Keywords: history teaching; identity; recognition; dictatorship; LGBTQ+.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1- INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2- NO INÍCIO DA TRILHA: IDENTIDADE, NORMA, RECONHECIMENTO E CURRÍCULO NO ENSINO DE HISTÓRIA	6
CAPÍTULO 3- CAMINHANDO PELA TRILHA: A SONDAÇÃO PEDAGÓGICA EM BUSCA DAS PERCEPÇÕES DE SUJEITOS LGBT+ NAS AULAS DE HISTÓRIA.	11
3.1 POR UM ENSINO DE HISTÓRIA FORA DO ARMÁRIO.....	17
CAPÍTULO 4- NO FIM DA TRILHA: A PROPOSTA DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA ANTINORMATIVA PARA A DISCIPLINA HISTÓRIA.	21
4.1 A LUTA LGBT+ NA DITADURA: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23
4.1.1 Contexto histórico: período de caça	24
4.1.2 Gays, gueis, lésbicas, sapatões e travestis na imprensa alternativa	28
4.1.3 O Movimento LGBT+ contra a repressão.	33
4.1.1 A arte censurada.....	34
4.1.5 A luta teve efeitos e reações na atualidade	35
4.2 ESQUEMATIZAÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA.	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
FONTES DE PESQUISA	43
REFERÊNCIAS	44
ANEXOS	48

INTRODUÇÃO

Compreender a articulação entre identidade e reconhecimento é fundamental para pensarmos num currículo da disciplina história. É permitir que os estudantes se reconheçam no passado, e se tornem agentes do presente.

Este trabalho de conclusão de curso vincula os conceitos identidade, reconhecimento, norma e currículo pensados para o ensino de história. Ainda há uma norma no currículo brasileiro da disciplina em questão, que aborda em geral sobre pessoas brancas, cisgêneras¹, heterossexuais², de poder aquisitivo e homens. No entanto, é possível ir contra a norma, e apresentar as histórias silenciadas nas aulas de história, em específico, da comunidade LGBTQ+³? A pesquisa constituiu na elaboração de uma sequência didática e materiais didáticos para a Educação Básica articulando identidade e reconhecimento LGBTQ+ na disciplina.

O ensino de história precisa sair do armário⁴- expressão utilizada para quando uma pessoa “se assume” desviante da norma heterossexual e cisgênera. A luta contra a homofobia e transfobia é dever de uma instituição escolar e do seu currículo enquanto formadora de cidadania e identidades. Ao se utilizar a expressão de que a disciplina de história precisa sair do armário se quer destacar que dificilmente, por enquanto, será aprendido dentro de uma sala de aula sobre travestis, lésbicas, gays, transsexuais, transgêneros ou bissexuais, por exemplo. No ensino de história, dificilmente será apresentada uma história na percepção de pessoas da comunidade LGBTQ+. Silenciar essas histórias acarreta no silenciamento dessas identidades individuais, que se tornam coletivas na comunidade LGBTQ+, não permitindo que estudantes possam se reconhecer no passado a partir da identidade sexual ou de gênero. Também acarreta na dificuldade do entendimento sobre si mesmo do estudante enquanto um ser subjetivo que mantém relações sociais também fora da instituição de ensino. A problemática geral da pesquisa é do reconhecimento nas aulas de história por parte de sujeitos LGBTQ+ maiores de idade, ocorrendo em duas etapas: a análise se estes sujeitos se sentem reconhecidos ou não nas aulas de história, e a elaboração de uma sequência didática e materiais didáticos para estudantes

¹ Entende-se como cisgênero quando a pessoa se identifica com o seu gênero designado ao nascer. Identificar-se como transgênero é quando a pessoa se identifica com o gênero oposto designado ao nascer- em uma lógica binária de gênero (homem ou mulher).

² Entende-se por heterossexualidade a orientação sexual e afetiva por pessoas de sexo diferente.

³ Usarei o termo LGBTQ+ para respeitar a maior parte das respostas no questionário aplicado, a partir da pergunta de qual termo os sujeitos se sentem representados.

⁴ Recomenda-se a leitura do artigo “A epistemologia do armário” de Eve Kosofsky Sedgwick (2016).

LGBT+, sobre a resistência desta comunidade na ditadura civil-militar brasileira (1964-185), possibilitando que o estudante se reconheça e se identifique com o assunto trabalhado nas aulas.

A pesquisa surge a partir de inquietações próprias da pesquisadora. No decorrer do Ensino Básico, em momento algum tive contato nas aulas de história sobre as orientações sexuais e identidades de gênero diferentes da norma estabelecida. Aprender sobre a comunidade LGBT+ era apenas através de pesquisas próprias, em busca de me reconhecer, me identificar e me sentir pertencida ao mundo, da mesma forma que outros sujeitos da comunidade LGBT+ buscaram. Na década passada, ainda era um tabu falar abertamente sobre as diversidades de gênero e sexualidade nas ruas, em lares e nas instituições escolares. O silenciamento provocou um processo de aceitação e identificação demorado e doloroso para sujeitos divergentes da norma daquele período. Na sociedade brasileira, ainda é perceptível um processo demorado de identificação como sujeito da comunidade LGBT+, mas que pode se tornar menos doloroso e mais rápido se for abordado gênero e sexualidade no Ensino Básico. Ressalta-se que as instituições de ensino são locais de práticas sociais e culturais para a formação de identidade do discente, devendo prezar pelo respeito e pela diversidade. Guacira Louro afirma que

“A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. (2008, p.18).

Ao encontro da inquietação apresentada, Priscila Nunes (2020) afirma que é preciso um ensino de história antinormativo, que questione a norma. Para a autora é importante um olhar atento à diversidade e ao currículo. Conforme PRISCILA NUNES, “a resposta está no currículo, mostrando que no passado existiam pessoas iguais a eles” (2020, p.69), ao se questionar sobre como auxiliar na sensação de acolhimento de estudantes LGBT+ em escolas regulares. Portanto, aponta-se que o ensino de história pode ser construtor de identidade e reconhecimento para causar o sentimento de pertencimento.

Para esta pesquisa, entende-se a identidade a partir das discussões de Stuart Hall (1997; 2014). Para este autor, a identidade se constrói na esfera cultural com as suas significações. Nas análises de Hall, o sujeito se identifica e compreende a si e ao mundo a partir de discursos. É diante das significações dos discursos ou comportamentos culturais que o sujeito se identifica, percebendo suas diferenças em relação às outras pessoas (HALL, 1997). Em complemento, a identidade é resultado de um processo de produção simbólica e discursiva (SILVA, 2014). Para

Tomaz Tadeu da Silva, não se distanciam as identidades e as diferenças, visto que são conceitos relacionados, e reafirmam relações de poder.

Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre "nós" e "eles". Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. (SILVA, 2014, P.82).

Na mesma perspectiva, Guacira Louro afirma que as identidades são marcadas pelo diferente da norma (LOURO, 2008). Para o ensino de História, as identidades antes silenciadas estão transformando as propostas de currículos e conteúdos para a disciplina. Há demandas de grupos específicos das novas gerações, e assim a história ensinada na escola tem se tornado lócus de políticas de identidade (PEREIRA; MARQUES, 2013). Repensar o currículo da disciplina, para as diferentes identidades, é abraçar as diversidades. É permitir que estudantes divergentes do padrão normativo possam também se identificar e se reconhecer nos estudos históricos. Para o conceito de currículo usa-se as discussões de Tomaz Tadeu da Silva (2007), compreendendo o currículo como artefato cultural. Para a sequência didática proposta pela pesquisa pensou-se no conceito de currículo antinormativo da Priscila Nunes (2020) para o ensino de história. É uma maneira de permitir que indivíduos da comunidade LGBTQ+ se reconheçam nas aulas de história. Entende-se o reconhecimento por Axel Honneth (1992). Para o autor, o reconhecimento é parte de relações intersubjetivas, que está atrelado ao processo de formação da identidade. A busca por reconhecimento é capaz de promover transformações sociais. (HONNETH, 1992).

O conceito norma está sendo usado com o viés foucaultiano. Na pesquisa, entende-se a norma como constituidora das relações de poder. Para Foucault (1987), a norma advém das estruturas da sociedade. Pensar sobre a comunidade LGBTQ+ no contexto brasileiro atual é saber que há a heteronormatividade e cisgenereidade como estruturas de apagamento de diferentes identidades sexuais e de gênero em relação à identidade heterossexual e cisgênera. Entretanto, essa norma também acontecia no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). São contextos históricos diferentes, sistemas políticos diferentes, porém a comunidade LGBTQ+ ainda permanece resistindo. Compreende-se a resistência quando apesar das tentativas de silenciamento da existência dessas identidades, elas continuam existindo e se unindo em busca do respeito e de direitos sociais e políticos.

Para a construção da sequência didática, realizou-se um questionário online através do *Google Forms*, exclusivamente para o público LGBTQ+, com perguntas pensando sobre

identidade LGBTQ+ e reconhecimentos nas aulas de história. A proposta do questionário foi de usá-lo como uma sondagem pedagógica, e descobrir o que os sujeitos gostariam de aprender sobre a comunidade LGBTQ+ na ditadura civil-militar brasileira. Através da análise das respostas, elaborou-se a sequência didática. O tema já havia sido decidido pela pesquisadora, pois observa-se que há uma carência de trabalhos acadêmicos sobre resistência e existência LGBTQ+ no período ditatorial brasileiro, mas estão surgindo novas pesquisas sobre o tema. Além disso, há essa lacuna também no ensino de história. Nas abordagens em sala de aula sobre a ditadura civil-militar brasileira, aprende-se sobre o sistema ditatorial, as repressões e as censuras, porém não é abordado o ideal de moral e bons costumes da época que provocou repressões, censuras e torturas com indivíduos da comunidade LGBTQ+: lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis e outras identidades. Para a bibliografia relacionada ao tema utilizou-se trabalhos de historiadores sobre a repressão à comunidade LGBTQ+ na época. Ressalta-se a dificuldade de encontrar pesquisas históricas sobre o tema abordado. Portanto, a obra de leitura principal foi o livro “Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade”, organizado por James Green e Renan Quinalha (2015). A sequência didática foi construída em etapas: o **contexto histórico**, pensando sobre a moral e os bons costumes, as **resistências da comunidade LGBTQ+**, sendo através da imprensa alternativa, dos grupos de afirmação e das expressões artísticas, e a reação conservadora atual aos **direitos civis conquistados pelo movimento LGBTQ+**. Por último, pensou-se uma atividade pedagógica. Sublinha-se que devido à pandemia do COVID-19, a sequência didática não foi aplicada com uma turma do Ensino Básico. Os materiais da proposta pedagógica foram encontrados no *site Youtube*, com depoimentos e documentários sobre a resistência LGBTQ+ na época. E para materiais, tais como o jornal Lampião da Esquina e o boletim ChanacomChana foram encontrados nos acervos onlines Bajubá e do Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX).

O tema em questão, é apresentando através da bibliografia dos estudos históricos no capítulo três da pesquisa. Em resumo, no período da ditadura civil-militar, nos jornais e discursos da sociedade era apresentado o ideal de moral e bons costumes, contra o “homossexualismo” (COWAN, 2015). A repressão policial era violenta, como os rondões em São Paulo (OCANHA, 2015). Em Belo Horizonte, a sociedade se vinculou com a polícia para evitar sujeitos da comunidade LGBTQ+ em bares (MORANDO, 2015).

Estou entendendo por sequência didática, pensando para o ensino de história, como um planejamento pedagógico que é fundamental o caráter sequencial das aulas. Além disso,

mobilizam diversas aulas em torno de um propósito (ROCHA, 2015). Como apontado anteriormente, essa pesquisa buscou produzir uma sequência didática para estudantes LGBTQ+ se identificarem e se reconhecerem nas aulas de história.

Assim, este estudo pode contribuir para a reflexão de docentes, especialmente da disciplina de história no Ensino Básico, sobre a importância de tratar as diversidades nas aulas. É interessante o professor ou a professora buscar e compreender o processo de identificação dos discentes com os conteúdos trabalhados na disciplina história. Não está se afirmando que o currículo da história deve apenas ser baseado nas identidades dos estudantes, mas que esse processo de identificação é importantíssimo para estes construir as suas subjetividades, as suas identidades e reconhecerem-se na história para que possam se sentir pertencentes ao presente respeitando as suas individualidades. Afirmar que o ensino de história precisa sair do armário, é permitir que estudantes LGBTQ+ possam, inclusive criar amor próprio. Não é errado ser diferente. E cabe às instituições escolares respeitarem e garantirem as diversidades. Este trabalho parte da perspectiva de que o ensino de história contribui para a formação das identidades, e se torna importante em relação ao reconhecimento. Acentua-se “a necessidade de uma história militante por novas identidades e temporalidades” (PEREIRA; MARA RODRIGUES, 2018, p.16). Dessa forma, o objetivo central da pesquisa é elaborar uma sequência didática e materiais didáticos, que possibilite estudantes LGBTQ+ se identificarem e se reconhecerem com o conteúdo trabalhado. Assim, a pesquisa tem objetivos específicos tais como, analisar as percepções subjetivas de estudantes LGBTQ+ em relação ao reconhecimento nas aulas de história, e organizar uma sequência didática com o tema das resistências LGBTQ+ na ditadura civil-militar brasileira.

O primeiro capítulo deste trabalho apresenta uma discussão teórica sobre os conceitos identidade, norma, reconhecimento e currículo. Elaborou-se a conectividade destes com o ensino de história.

O segundo capítulo apresenta detalhadamente a proposta do questionário, que foi realizado com o intuito de uma sondagem pedagógica, e também para analisar as percepções de sujeitos LGBTQ+ com as aulas de história. As análises demonstram a importância do questionário para compreender sobre o reconhecimento LGBTQ+ na disciplina história, e para a partir dele, ser planejada a sequência didática.

O terceiro capítulo apresenta a bibliografia sobre o conteúdo. Também são apresentados os materiais didáticos e a esquematização da sequência didática.

Nas considerações finais, analisa-se sobre a importância do ensino de história quando pensa sobre as identidades e os reconhecimentos dos estudantes com a disciplina.

2. NO INÍCIO DA TRILHA: IDENTIDADE, NORMA, RECONHECIMENTO E CURRÍCULO NO ENSINO DE HISTÓRIA.

Na sala de aula, as diversas identidades dos estudantes são perceptíveis. São as plurais maneiras de ser e de se manifestar. As identidades são construídas diante dos ensinamentos infantil, básico e superior, além de se transformarem ao decorrer da vida.

Nos anos 1990, o conceito de “identidade” era revisto e debatido no campo intelectual, através principalmente de estudos filosóficos, sociológicos e da psicanálise. Na pesquisa vigente, a compreensão da identidade faz-se na dimensão social, buscando as relações sociais e “o surgimento de novas arenas de conflito, tais como as baseadas no gênero, na “raça”, na etnia ou na sexualidade” (KATHRYN WOODWARD, 2014, p.30). Em busca do objetivo, o conceito de identidade será baseado nos estudos de Stuart Hall, focando numa análise social e educacional. Conforme o autor, é preciso compreender a questão da identificação como sendo um processo subjetivo também. A identificação é uma construção não concreta, por ser condicional. Ele afirma que é uma suturação -ato de costurar- e que está sujeita ao jogo da diferença (HALL, 2014). O mesmo autor diz que:

Como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora- o exterior que a constitui (HALL, 2014, p.106).

A construção da identidade também é por meio da diferença. As identidades são pontos de identificação e apego, e são capazes de exclusão e transformação do diferente (HALL, 2014). Diante da relação com o outro, com aquilo que não é, a identidade pode ser construída (HALL, 2014). O processo de formação do sujeito permeia as estruturas de poder e as práticas discursivas e culturais. Isto é, a identidade se transforma na história, ela não se mantém estável e idêntica. As identidades não são unificadas, se tornando fragmentadas e fraturadas na sua construção diante dos múltiplos discursos, práticas e posições (HALL, 2014). Assim, compreende-se a identidade como construção cultural e simbólica. As práticas e as estruturas sociais simbolicamente marcam as diferenças entre os diversos sujeitos. Segundo Kathryn Woodward (2014), “as identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos

quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos dos quais damos sentido a nossas próprias posições” (p.33).

Em resumo, o processo de identificação opera pela diferença, e a identidade se constrói através dos pontos de identificação e afetos. Assim, a identidade se torna passível de transformação conforme a história, e vincula-se com condições sociais e materiais- os simbolismos afetam a realidade. As identidades não são unificadas, podendo haver diferenças entre o nível coletivo e o nível individual (KATHRYN WOODWARD, 2014).

Através da análise para o ensino de história, é necessário reconhecer e discutir a importância das identidades nas salas de aula. São diversas, com as suas pluralidades de ser e de se manifestar. Os estudantes colorem- preenchem- os espaços das instituições escolares com as suas marcas materiais e imateriais. Percorrem as salas de aulas, os refeitórios e o pátio, por exemplo. E a cada segundo de suas vivências, estão marcando o espaço escolar e transformando as relações educacionais e sociais. Se as identidades se transformam ao decorrer da história, as relações na sala de aula e comunidade escolar também se transformam. Portanto, qual a importância da construção da identidade na sala de aula, e principalmente para o ensino de história? Em primeiro, as identidades afetam a realidade, as estruturas simbólicas, os discursos e as relações sociais. É diante de como o sujeito se percebe que é gerado o seu impacto no meio social, cultural e educacional. A história ensinada nas escolas tem a tarefa de oferecer às novas gerações suas referências particulares, seus pertencimentos e seu passado por anos silenciados. (PEREIRA; MARQUES, 2013).

Conectando o conceito de identidade com a proposta da pesquisa, é preciso compreender sobre as identidades da comunidade LGBT+. Refere-se como comunidade, já que há uma identidade coletiva: são indivíduos que contrariam a norma heteroafetiva e cisgênera da sociedade. Entretanto, suas identidades individuais são diversas, cada um com as suas reivindicações e maneiras de ser. A sigla coletiva⁵ se transformou conforme a história, já fora intitulada GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), após foi GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), no entanto, por reivindicações do coletivo feminino apontando as desigualdades de gênero e invisibilidades no movimento, tornou-se a sigla LGBT. Diante dessa, foram acrescentadas outras sexualidades e afetividades divergentes da norma. Nessa pesquisa, será usada a sigla LGBT+, compreendendo e respeitando todas as identidades do movimento social.

⁵ Recomenda-se a leitura da dissertação “sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo” de Regina Facchini (2002).

É preciso destacar conceitos básicos para o entendimento acerca da comunidade LGBT+: **identidade de gênero e identidade sexual (orientação sexual)**. Aquele compreende o gênero com que o indivíduo se identifica e proclama, a maneira como ele se entende. Este abarca sobre as atrações sexuais e afetivas do indivíduo. Em comum, o coletivo abarca indivíduos que fogem à norma. A heteroafetividade é a condição de atrações sexuais e afetivas entre indivíduos de diferentes gêneros. A cisgenereidade é a condição do indivíduo identificar-se com o gênero que foi designado ao nascer. Em maior complexidade, as diferenças na identidade coletiva também surgem ao momento em que as identidades de gênero e sexual pertencem à “norma”. Por exemplo, uma pessoa transgênera pode se identificar heterossexual/heteroafetiva, assim como uma pessoa gay, lésbica ou bissexual pode identificar-se como cisgênera.

Conforme o conceito de identidade apontado por Stuart Hall, a comunidade LGBT+ se identifica enquanto coletivo diante da diferença, ou seja, diante do entendimento de que ou a identidade de gênero ou a identidade sexual se faz diferente do padrão da sociedade: relacionamentos afetivos heterossexuais, com pessoas cisgêneras.

Diante da pluralidade, é preciso ressaltar que a convergência das identidades encontradas na comunidade LGBT+ é a dor e a exclusão. Nesse momento, os simbolismos afetam a realidade: ser um indivíduo que se identifica integrante do coletivo LGBT+ é ser excluído da norma, e sofrer homofobia/ transfobia em diversos campos sociais.

Nas instituições escolares, a homofobia e a transfobia, infelizmente, ainda são presentes. Os sujeitos que se identificam como integrantes da comunidade LGBT+ sofrem o processo de exclusão, podendo atingir os discentes e os profissionais escolares. A norma social atinge as manifestações discursivas e corporais também no meio educacional. Os simbolismos afetam a realidade nesse momento, em que sujeitos LGBT+ sofrem violências verbais e físicas também na sala de aula, sendo pelos docentes ou colegas de turma. Ao abordar sobre gênero e sexualidade, Seffner aponta que “essas questões trazem impacto para a vida escolar, uma vez que nela temos representantes de todas essas identidades” (2021, p.424).

A norma advém das relações de poder estruturais da sociedade. Michel Foucault é o filósofo básico para abordar sobre poder, norma e sexualidades. Conforme o mesmo, a norma é um processo de condutas esperadas. E acrescenta que a instituição escolar é um local de disciplinarização dos corpos (FOUCAULT, 1987). No pensamento foucaultiano acerca da norma, acrescenta-se:

A norma não emana de um único lugar, não é enunciada por um soberano, mas, em vez disso, está em toda parte. Expressa-se por meio de recomendações repetidas e observadas cotidianamente, que servem de referência a todos. Daí por que a norma se faz penetrante, daí por que ela é capaz de se naturalizar (GUACIRA LOURO, 2008, P.22).

Os conceitos de norma e identidade se correlacionam através do jogo de poder. A norma é estabelecida também diante do diferente. A normalização é um processo invisível, e sua invisibilidade é condição importante para a sua eficácia (SEFFNER, 2013). Diante disso, entende-se que a partir da norma intitula-se os comportamentos desejáveis a ponto de serem explícitos apenas os comportamentos diferentes, sem questionar todos os comportamentos (SEFFNER, 2013). A heteronormatividade e cisgenereidade são exemplos do processo da norma, pois sujeitos fora do padrão estabelecido através de relacionamentos heterossexuais e de identificação de gênero da estrutura cisgênera são vistos como diferentes.

Uma das questões da pesquisa é a representatividade, esse conceito ainda não é aprofundado no meio acadêmico da área do ensino de história, logo será usado o termo reconhecimento, conceito de Axel Honneth. Entende-se a representatividade como uma expressão política. Na noção do senso comum e de movimentos sociais, a representatividade ocorre quando o sujeito se identifica com outro através de características físicas ou discursos.

Na teoria de Axel Honneth (2013), o reconhecimento ocorre quando o sujeito se reconhece com o outro, e constitui a identidade. Nessa relação existem as três formas de reconhecimento, sendo através do amor, do direito e da estima. Na primeira, ocorre de maneira involuntária através das relações amorosas, o reconhecimento por direito ocorre pelo entendimento da dignidade humana (HONNETH, 2013), e “a estima social se aplica às propriedades particulares que caracterizam os seres humanos em suas diferenças sociais” (HONNETH, 2013 p.199). “As esferas do direito e da estima mudam e evoluem historicamente” (ROSENFELD; SAAVEDRA, 2013, p.24).

Nas aulas da disciplina história, o sujeito pode se reconhecer com um indivíduo histórico, um coletivo ou movimentos sociais. O reconhecimento pode ocorrer através das características físicas ou pelos discursos de outro sujeito. Para o senso comum e movimentos sociais, a representatividade é importante principalmente para grupos sociais que tiveram suas histórias silenciadas. Por exemplo, é importante para um sujeito que se reconhece como LGBTQ+ assistir outro integrante da comunidade LGBTQ+ atuando contra as estruturas simbólicas da norma e contra as estruturas de poder. Reconhecer-se diante do outro e se sentir capaz de transformar as estruturas. Para o ensino de história, quando o estudante desenvolve consciência

crítica e histórica, ele é capaz de se reconhecer nos discursos históricos ou de não se reconhecer, mas desejar por novas histórias. Quando um docente enfoca numa nova narrativa- como abordar sobre o continente africano, sobre as mulheres na história ou sobre a comunidade LGBTQ+ está permitindo que estudantes fora da norma social se reconheçam na história, podendo afetar o presente e o futuro. Ao se reconhecer, as identidades são transformadas, e conseqüentemente podem transformar a realidade das relações sociais, discursivas e culturais.

Para esse debate, é importante falarmos de currículo. O currículo é um artefato social e cultural, que sofre influência do tempo- sendo também passível de transformações. Os novos tempos estão exigindo que o currículo da disciplina história se modifique. Em referência à pesquisa, foram realizadas leituras sobre o currículo queer. Conforme Tomaz Tadeu da Silva (2007), a pedagogia queer não insiste apenas na inclusão das questões LGBTQ+ no meio educativo, mas pretende questionar os processos institucionais. Segundo o mesmo autor, a igualdade não pode ser atingida através do currículo hegemônico, é preciso ser modificado para repensar as relações sociais de assimetria (SILVA, 2007).

Priscila Nunes (2020) aplica um novo conceito na área de ensino de história: currículo antinormativo. A criação desse conceito surgiu justamente com a crítica à norma estabelecida nos currículos da disciplina de história: homens, brancos, cisgêneros e heterossexuais. Assim, a autora problematiza que é preciso questionar a norma e as técnicas de normalização, e afirma sobre a importância de se trabalhar nas fissuras do currículo tradicional (PRISCILA NUNES, 2020, p. 26). Para dar significado ao conceito, entende-se o currículo antinormativo como o currículo que escoa da norma. Ou seja, aquele que aproveita as fissuras do tradicional para abordar o seu tema de interesse, sendo capaz de produzir outros ensinamentos de histórias possíveis (PRISCILA NUNES, 2020). Por fim,

O currículo de história com disposição antinormativa pretende articular, assim, a criação de identidades nesse espaço-tempo de fronteira, identidades de pessoas LGBTQIA+, valorizando os processos e experiências escolares dos/as/es estudantes, abrindo espaço para uma nova narrativa histórica, pois a busca do passado é parte do processo de afirmação dos grupos que foram invisibilizados pela História e, conseqüentemente, pelo currículo de História. (PRISCILA NUNES, 2020, p.100).

Desta maneira, a correlação dos principais conceitos aplicados na pesquisa: identidade, norma, reconhecimento e currículo, sugerem novos processos para o ensino de história, para que se possa existir novos discursos históricos, e identidades capazes de transformar a realidade ao reconhecerem-se nas narrativas.

3. CAMINHANDO PELA TRILHA: A SONDAÇÃO PEDAGÓGICA EM BUSCA DAS PERCEPÇÕES DE SUJEITOS LGBT+ NAS AULAS DE HISTÓRIA

Na condução da pesquisa, em busca de atingir o objetivo, o projeto inicial foi modificado. As transformações pelas quais a pesquisa precisou, serão apresentadas. No primeiro momento, houve o obstáculo na busca de conceitos capazes de traduzir os objetivos da pesquisa. Procurou-se trabalhos acadêmicos que conceituassem o termo representatividade, mas não foram encontradas pesquisas no meio acadêmico, tentou-se por representação, e apenas trabalhos na área de linguagem foram encontrados, conceito que foi decidido não ser utilizado, visto que a representação é a reprodução de algum objeto ou ser humana, podendo ter uma visão preconceituosa. A proposta de utilizar o termo representatividade, veio da concepção de que representatividade é um termo social e político quando um sujeito se reconhece em outro. Para tanto, optou-se por utilizar o termo reconhecimento de Axel Honneth. Ainda sobre os conceitos, acrescentou-se sobre currículo, na perspectiva de Tomaz Tadeu da Silva. Entendeu-se que ao abordar sobre o ensino de história, e planejar a sequência didática antinormativa, era preciso também pensar sobre o currículo da disciplina. Assim, os conceitos foram decididos para dar seguimento à pesquisa.

No decorrer do trabalho, planejava-se realizar um curso online e gratuito sobre as resistências LGBT+ na ditadura civil-militar brasileira para a partir dele analisar as percepções de estudantes LGBT+ sobre o assunto trabalhado. No entanto, devido à pandemia do COVID-19 pensou-se em outros métodos para pensar a identidade e reconhecimento LGBT+ nas aulas de história. Sabe-se que a pandemia do COVID-19, que ainda está acontecendo, é desastrosa para o contexto brasileiro. Brasileiros tiveram a saúde mental afetada, com risco de contágio altíssimo. Optou-se por descartar o curso, que poderá ser aplicado futuramente, já que o contexto é assustador, triste e sem percepção de futuro. Assim, não era garantido que os estudantes e a pesquisadora estivessem disponíveis para todas as aulas. O formulário de inscrição para o curso tornou-se um questionário exclusivo para pessoas da comunidade LGBT+, com perguntas pensando sobre identidade e reconhecimento LGBT+ nas aulas de história, e também com o intuito de servir como sondagem pedagógica para a produção da sequência didática e dos materiais didáticos sobre a resistência LGBT+ na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Entende-se sondagem pedagógica como uma análise dos saberes dos educandos (FREIRE, 2015). No entanto, ela foi uma etapa importante para a pesquisa, visto que ao trabalhar sobre o reconhecimento LGBTQ+ no ensino de história, foi preciso “ouvir” as vozes silenciadas. Logo, o questionário permitiu que os sujeitos da pesquisa se expressassem sobre se reconhecer ou não nas aulas de história. Também, expressaram quais conteúdos gostariam de aprender no tema proposto, estabelecendo uma conexão de confiança e respeito para trabalhar o reconhecimento LGBTQ+ na proposta. A sondagem serviu como um meio de comunicação entre a pesquisadora e os sujeitos. No momento em que foi estabelecido o tema, identificou-se que era preciso ouvir as pessoas LGBTQ+, e que suas respostas eram de fundamental importância, assim, a aplicação do questionário foi o método que colaborou como sondagem pedagógica.

O questionário (ANEXO I) foi realizado na plataforma Google Forms. O acesso era online e através de um link gerado pela plataforma. O *link* foi compartilhado entre pessoas da comunidade LGBTQ+, através de redes sociais e grupos no *whatsapp*. As respostas foram aceitas durante o dia 31 de março de 2021 até 13 de abril de 2021. Houve um critério de exclusividade para sujeitos da comunidade LGBTQ+ maiores de idade, na tentativa de ter um espaço online seguro. Pensou-se em questões sociais, como a homofobia e transfobia verbalizadas nas ruas com sujeitos da comunidade em questão, logo tentou-se tornar o questionário como um espaço de segurança, respeito e confortável. O respeitar as identidades e a tentativa do espaço seguro foram importantes para a construção do questionário, realizou-se reuniões apenas para revisar as perguntas e pensar na sigla que englobasse a todos da comunidade. Assim, a exclusão era apenas para pessoas que se identificam, simultaneamente, como heterossexual e cisgênera. Realizou-se um teste piloto do questionário com duas pessoas selecionadas. Dessa forma, percebeu-se que outras perguntas deveriam ser acrescentadas ou modificadas, já que o questionário se tornou a metodologia de pesquisa para a partir dele, planejar o método pedagógico. Foram acrescentadas perguntas sobre as siglas da comunidade, quais eram conhecidas e por qual o sujeito se sente mais representado. As modificações nas perguntas, foram apenas no sentido de tornar mais fácil o entendimento para o público. Ressalta-se que no questionário usamos a sigla LGBTQIAPN+⁶, para respeitar todas as identidades do movimento.

Obteve-se quarenta e duas respostas no questionário, entretanto foram excluídas duas respostas de sujeitos heterossexuais e cisgêneros. Apontaram que se identificam com a

⁶ Lésbicas, gays, bissexuais, trans*, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e não-binários.

comunidade, no entanto, foram excluídas pelo critério de exclusão da pesquisa. Desde o projeto, é estipulado esse critério, visto que o trabalho busca analisar somente sobre as pessoas do coletivo LGBTQ+, para que seja entendido o processo de identificação e reconhecimento destes no ensino de história. Seriam interessantes pesquisas com sujeitos heterossexuais e cisgêneros também para poder fazer um contraponto nas percepções destas pessoas no currículo da disciplina história, no entanto o trabalho está focado na comunidade LGBTQ+ apenas. Será que os sujeitos em questão se sentiram ou se sentem identificados e reconhecidos nas aulas de história? Abaixo serão analisadas as respostas no questionário, a partir de investigações quantitativas e qualitativas. De antemão, foram analisadas dezoito respostas, já que solicitamos o termo de consentimento livre e esclarecido (ANEXO II) via e-mail. Houve duas preocupações básicas no questionário, a sensação de acolhimento para o público, e a questão ética da pesquisa. Em referência à ética, em uma das perguntas pedíamos o e-mail do sujeito para obtermos o termo assinado, e foram analisadas apenas as repostas de sujeitos dos quais obtivemos o documento de consentimento.

No questionário, há dezoito perguntas, as primeiras servem para a caracterização do grupo.⁷ Previamente, não se realizou de imediato uma pergunta sobre a identidade de gênero e orientação sexual do público. Com o intuito de tornar o ambiente online acolhedor, e sabendo que por mais que alguns sujeitos se identifiquem como integrantes da comunidade LGBTQ+, e por entender a sexualidade como fluida, respeitou-se a fluidez e o processo dos sujeitos, não querendo uma resposta de identidade permanente. No entanto, após a obtenção das respostas dos sujeitos heterossexuais e cisgêneros, optou-se por modificar o questionário, acrescentando a pergunta sobre orientação sexual e identidade de gênero para auxiliar na exclusão de respostas, e alterou-se a descrição do questionário para exclusivamente para o público LGBTQIAPN+ maior de idade. É importante apontar os erros metodológicos da pesquisa, e foi uma dificuldade a exclusão de pessoas heterossexuais e cisgêneras, já que apontavam que se identificam com a comunidade LGBTQIAPN+.

Sobre a caracterização do público, solicitou-se a idade, a cidade de moradia e a escolaridade. Como dito acima, o questionário era para maiores de idade, para obter-se a autorização do próprio sujeito pelo termo de consentimento livre e esclarecido, sem necessidade de obter autorização de pais ou responsáveis. Pensou-se em realizar o questionário com estudantes do Ensino Básico, no entanto, houve duas dificuldades: pandemia do COVID-19, e

⁷ O questionário completo está no ANEXO I.

o conservadorismo em relação à abordagem sobre gênero e sexualidade nas instituições de ensino, por parte de responsáveis, principalmente. A pesquisa obteve alcance em outras regiões do país e além da capital Porto Alegre- RS, devido ao compartilhamento do *link* em grupos de *whatsapp*. Abaixo, há os gráficos de caracterização dos respondentes que assinaram o termo de consentimento. O primeiro e o segundo, respectivamente, apresentam as faixas etárias e a escolaridade:

Gráficos 1 e 2- Faixas etárias e escolaridade dos sujeitos



Fonte: organizado pela autora (2021)

Optou-se por separar as idades dos respondentes em faixas etárias, deste modo, foram separadas nas faixas “de 18 a 24 anos”, “de 25 a 35 anos”, e “de 36 a 45 anos”. Observa-se que 50% dos sujeitos têm entre dezoito a vinte e quatro anos, enquanto 17% dos respondentes têm entre trinta e seis a quarenta e cinco anos. Portanto, em maior parte, jovens responderam o questionário. Conforme o IBGE, são jovens os sujeitos de quinze a vinte e nove anos. Ainda na caracterização, na escolaridade obteve-se apenas dois modos: superior completo ou incompleto. Repara-se que há o equilíbrio na escolaridade entre os sujeitos, sendo 50% para ambos eixos. No questionário, havia os outros níveis de escolaridade, pensando que poderiam responder sujeitos com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto, apesar da maioridade. A pesquisa não atingiu esse público. Abaixo há o gráfico sobre as cidades em que vivem os indivíduos:

Gráfico 3- cidades dos sujeitos



Fonte: Organizado pela autora (2021)

Através do compartilhamento do link do questionário, atingiu-se uma região além do sul do Brasil, onde encontra-se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No Nordeste, obteve-se respostas das cidades da Bahia, Salvador e Amargosa com um participante de cada. As outras cidades também representam apenas um participante. Logo, na capital Porto Alegre teve-se mais participantes.

Em seguida, serão apresentadas as respostas sobre identidade e reconhecimento. Atenta-se que o questionário manteve a seguinte ordem: caracterização dos sujeitos, perguntas sobre a comunidade LGBTQ+ e a representatividade, perguntas sobre História LGBTQ+ e perguntas para a sondagem pedagógica referentes ao assunto trabalhado na sequência didática. Para a análise qualitativa, destacou-se algumas respostas, respeitando a privacidade dos sujeitos, mantendo-os anônimos. Para isso, usou-se nomes fictícios baseados nas personalidades que inspiram os sujeitos da pesquisa, conforme os mesmos.

A primeira interrogação foi: *Na sua opinião, o que é ser da comunidade LGBTQIAPN+?* Observou-se quatro estilos de respostas, abordando sobre identificação, liberdade, normatização ou pertencimento à comunidade e à história. Há uma “contradição” nas respostas incluídas nas categorias liberdade e norma da sociedade. Destaca-se a frase “ser livre para amar e ser quem quiser” (Mercury, 2021). Alguns sujeitos da pesquisa consideram que ser da comunidade em questão, é ter a liberdade no amor. Paradoxalmente, também afirmam que há uma norma na sociedade. Nessa ideia, destacam-se as frases “fazer parte de uma comunidade que difere dos padrões esperados” (Katy, 2021) e “pra mim é normal, para a sociedade é ser fora da norma” (Frida, 2021). Em complemento, outro sujeito apontou que “é estar sob julgamento da sociedade a todo momento” (Gentil, 2021). O paradoxo é que, há a concepção da liberdade no amor, mas ao mesmo tempo, é ser julgado por ser diferente. Nas outras

categorias, identificação e pertencimento, os sujeitos também afirmaram que ser da comunidade é não estar sozinho, é se identificar com semelhantes, e que é possível se sentir pertencente ao mundo. Assim, compreendem como uma identidade coletiva que luta por respeito, reconhecimento e liberdade para amar e ser quem é.

A segunda interrogação foi: *você se identifica com a comunidade LGBTQIAPN+? Mencione quais personalidades, artistas, obras de arte e organizações foram inspiradores para a sua vida.* Nesta pergunta, sem ser pedido, alguns sujeitos afirmavam sua identidade de gênero e orientação sexual. Todos os sujeitos responderam que se identificam com a comunidade, mas as respostas diferem sobre as personalidades. Observou-se que apesar da identidade coletiva, as identidades individuais foram priorizadas. Por exemplo, “sou um homem cis gay, e a Lady Gaga e a Katy Perry foram duas artistas muito importantes na minha adolescência pra que eu me entendesse como pessoa e me aceitasse” (Katy, 2021). Outro exemplo é, “Sou sapatão e feminista. Filipa de Souza, Cássia Eler, Marina Lima, Ana Carolina, Maria Gadu” (Filipa, 2021). Nesta última frase, a autora demonstrou a sua identificação também com o feminismo, ou seja, não é apenas uma mulher lésbica, mas uma mulher lésbica e feminista. Em geral, as personalidades apontadas são de pessoas assumidas como não heterossexuais ou não cisgêneras, sendo artistas musicais ou atores e atrizes. No entanto, atenta-se também, ainda que manifestada por pouquíssimos, à percepção de que é preciso mais personalidades ou obras para representar a comunidade ou para que sejam representativas para os sujeitos, como afirma a frase “acho que carecemos de representatividade”.

O terceiro questionamento foi: *Qual a importância da representatividade (reconhecimento) para você? Comente a sua resposta.* Todos os sujeitos afirmaram que a representatividade é imprescindível, ou em outras palavras utilizadas: fundamental, primordial, importantíssima e essencial. Notou-se, na maior parte das respostas, a ideia de que a representatividade possibilita que o indivíduo não se sinta sozinho, por exemplo na frase “Acredito que a representatividade e o reconhecimento é o primeiro passo na caminhada de um LGBTQI+ para compreender que não está sozinho no mundo. Questão fundamental em um mundo que nos exclui e nos divide” (Cássia, 2021). Desta maneira, afirmam também que a representatividade é importante para se reconhecer no outro, e então perceber que não se está só. As falas seguintes exemplificam o pensamento, “Nos anos de descoberta da sexualidade, principalmente, validar nosso desejo a partir do reconhecimento de si em outro traz conforto, pertencimento e a afirmação da nossa própria existência como uma subjetividade tão possível como qualquer outra” (Gadú, 2021) e “Como vou me reconhecer se tudo a minha volta é

diferente? Muitas vezes a gente se sente excluída e estranha por ser quem se é. A representatividade muda tudo!” (Nanda, 2021). Outro ponto interessante é o pensamento de que a representatividade combate o ódio, na perspectiva de que ter mais representantes da comunidade LGBTQ+ permite que outros sujeitos possam aprender a respeitar o coletivo. A fala “a representatividade toma o espaço da opressão” (Paulo, 2021) é significativa. Finaliza-se com o pedido “O ódio da sociedade nos mata todos os dias, precisamos de alguém que nos represente e tente parar o que está acontecendo” (Liniker, 2021).

3.1 POR UM ENSINO DE HISTÓRIA FORA DO ARMÁRIO

Entender as subjetividades dos sujeitos, e as suas vivências enquanto pessoas da comunidade LGBTQ+, permite pensar em um ensino de história horizontal. A próxima pergunta analisada foi: *você já se identificou ou se reconheceu nas aulas de História da escola ou universidade? Comente a sua resposta*. Abaixo há o gráfico para apresentar as respostas, que eram de múltipla escolha, sem excluir-se umas às outras (veja anexo):

Gráfico 4- reconhecimento nas aulas de história



Fonte: organizado pela autora (2021)

Observa-se que a maior parte afirma que nunca ou não se reconheceu nas aulas de história, somando em 72% dos sujeitos da pesquisa. É uma porcentagem altíssima, que comprova que sujeitos LGBTQ+ não se reconhecem nas aulas de história. Atenta-se que nas respostas positivas sobre se reconhecer nas aulas, todas apontaram um porém. Por exemplo, “sim, nas aulas da faculdade, mas como mulher. Durante as aulas de gênero e história das

mulheres” (Angelina, 2021). Desta maneira, percebe-se que o reconhecimento com o currículo da disciplina história, no contexto da Educação Básica foi nulo por parte dos respondentes. Atenta-se para o fato de que alguns responderam que apenas no ensino superior se reconheceram em alguns estudos históricos, sendo nos que abordavam gênero e sexualidade. Desta maneira, não há reconhecimento nas aulas da Educação Básica, e no Ensino Superior, ainda são reconhecimentos precários, que não servem para todos os estudantes LGBTQIAPN+. Aqui, cabe uma crítica à Base Nacional Comum Curricular, que não possui os conceitos gênero e sexualidade nos planejamentos. O conceito gênero atenta-se apenas para os estudos das linguagens, como o gênero textual. O conceito sexualidade aparece pouquíssimas vezes, sendo apenas para o estudo da biologia humana. Narrar a história a partir do conceito de gênero é um ato de rebeldia contra um sistema que historicamente apagou histórias de mulheres, negros e LGBTQIs (PRISCILA NUNES, 2021, no prelo). Acrescenta-se que narrar a história a partir do conceito de sexualidade também é uma rebeldia a favor das vozes silenciadas e histórias apagadas.

Ainda em relação ao ensino de história, perguntou-se: *Onde você aprendeu sobre a História LGBTQIAPN+?*, tendo o gráfico abaixo gerado:

Gráfico 5- aprender sobre História LGBTQIAPN+



Fonte: organizado pela autora (2021).

Repara-se que não há marcação no gráfico sobre aprender em aulas na escola sobre a história LGBTQIAPN+, visto que nenhum sujeito marcou essa opção. Ressalta-se que nessa questão, como explicado acima, a resposta era a partir de caixas de seleção, podendo marcar diversas. Em evidência, o aprendizado sobre a história LGBTQIAPN+ ocorre através da socialização. Há um

total de 56%, quando somadas as opções de conversas e redes sociais. Outra questão para atentar-se é nas porcentagens das categorias literatura, sites e podcasts, que são meios de aprendizagem, somando em 34%. Assim, é perceptível que a aprendizagem sobre a história LGBT+ ocorre a partir da interação com outras pessoas, e não nas instituições de ensino. Atenta-se que 10% respondeu que ainda não aprendeu sobre o tema. Este gráfico demonstra a importância de abordar sobre a comunidade LGBT+ no ensino de história, permitindo refletir sobre as carências do currículo da disciplina. Há outra interrogação no questionário, que complementa o gráfico: *Você gostaria de aprender sobre a História LGBT+ nas aulas de História? Comente a sua resposta.* Obteve-se resposta positiva de todos os participantes, e alguns sujeitos complementaram “aprender a história LGBT na escola é normalizar nossa existência”, “LGBT+ fazem história, são agentes e merecem esse reconhecimento” (FRIDA, 2021). É instigante um ponto que foi levantado, sobre tornar interessante a aula de história, a partir da fala “se ver representado em aulas despertaria ainda mais o interesse pela matéria” (Mercury, 2021). O ensino de história é potente, auxiliando na construção das identidades dos estudantes a partir de reconhecimentos na matéria.

Para a sequência didática, as perguntas a seguir analisadas foram importantes como auxiliares ao processo do planejamento do material pedagógico. No intuito de realizar uma sondagem pedagógica, as questões foram elaboradas para identificar os conhecimentos prévios e respeitar o saber dos educandos, com inspiração na pedagogia de Paulo Freire (2015). Perguntou-se aos sujeitos sobre o que conheciam acerca da história LGBT+. Uma pequena parte afirmou que não conhece muito sobre o assunto. Nas outras respostas, foram abordados três tópicos, complementares: luta, resistência e repressão. Sobre a luta, apresentaram que na história LGBT+ há e houve lutas por igualdade e reconhecimento. Foi indicado por dois participantes, a rebelião de Stonewall, ocorrida no ano 1969 em Nova York. Por outro sujeito, indicou-se o grupo lésbico GALF na ditadura civil-militar. No tópico repressão, foi lembrado o período nazista. Ao perguntarmos, pensando na abordagem sobre a ditadura civil-militar brasileira, se já ouviram falar sobre a Comissão Nacional da Verdade (CNV), 40% respondeu que não. A outra parcela, ao responder que sim, complementou sobre o que é a CNV. Atenta-se que há quatro sujeitos com superior completo ou incompleto em história, aumentando a porcentagem para o grupo que já ouviu falar sobre a comissão. Destaca-se as falas de quem não cursa ou cursou história no nível superior, sobre quais os feitos da CNV, “é de suma importância para investigação de crimes contra os Direitos Humanos ocorridos durante a ditadura” (Gentil, 2021), “É um movimento de resgate da história das vítimas da ditadura militar no Brasil”

(Filipa, 2021), e “Foi feita pra esclarecer os acontecimentos escondidos da ditadura no Brasil” (Bruna, 2021).

Referente ao contexto ditatorial, perguntou-se também aos sujeitos da pesquisa se sabiam alguns grupos que foram perseguidos na ditadura civil-militar. Apenas dois indivíduos responderam que não sabem ou conhecem. O restante manifestou conhecer sobre os grupos perseguidos na ditadura, sendo os mais lembrados: LGBTQ+, artistas, estudantes e pessoas com ideologias de esquerda. Há falas que não caracterizaram os grupos, mas os abordam de maneira geral, tais como “Qualquer grupo que representasse perigo a família e a pátria” (Bruna, 2021) e “Grupos de contradição política e grupos marginalizados dentro da sociedade” (Angelina, 2021). A última questão foi importante para compreender o que os sujeitos gostariam de aprender sobre a comunidade LGBTQ+ na ditadura civil-militar brasileira, para assim pensar os tópicos da sequência didática. Há três categorias solicitadas: resistência, organização do movimento e o funcionamento do regime com as pessoas LGBTQ+. Alguns participantes apontaram que gostariam de aprender tudo ou toda a história. Assim, planejou-se com as categorias, abordando sobre as resistências (imprensa alternativa, grupos de afirmação e artes) e o contexto histórico, focando no discurso da moral e dos bons costumes. Logo, “Incorporar o recorte LGBTQ no trabalho de memória e justiça pode ser fundamental para permitir que a homofobia que persiste [...] seja combatida” (QUINALHA, 205, p.269).

4. NO FIM DA TRILHA: A PROPOSTA DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA ANTINORMATIVA PARA A DISCIPLINA HISTÓRIA

Conforme as solicitações no formulário aplicado, a sequência didática propõe um planejamento para as aulas de história sobre a resistência LGBTQ+⁸ na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Está organizada em assuntos e sugestões de materiais e atividades por aula. A proposta pedagógica pode ser reformulada, conforme as análises e sugestões do docente e dos discentes. É interessante realizar uma sondagem pedagógica com os discentes antes da utilização do material proposto, conforme apontado no capítulo acima, para analisar os saberes dos educandos e para dar voz aos estudantes, mas é preciso ouvi-los também. Sublinha-se que a proposta é para o Ensino Médio, preferencialmente para turmas do segundo e terceiro ano em congruência com o currículo aplicado na disciplina de história.

Entende-se a sequência didática com base no estudo de Helenice Rocha (2015). Para a autora, é um planejamento sequencial (encadeado) que há de pensar nos princípios e pressupostos: há momentos de maior ou menor complexidade, cabendo aqui ao docente pensar que momentos haverá exposição didática e quais os outros que os estudantes farão pesquisas com análise de documentos, problematizar o passado e o presente, e pensar quais materiais de conhecimento histórico serão usados pelos estudantes para compreender o tema. Assim, é preciso planejamento por parte do docente (HELENICE ROCHA, 2015, p.94). Logo, entende-se que o método pedagógico da sequência didática permite explorar o tema da pesquisa, com as aulas sequenciais, encadeadas entre si. Assim, trabalhar com esta metodologia para o ensino de história permite que o estudante possa aprender com a exposição didática, mas também através de pesquisas e materiais de conhecimento histórico. Para abordar sobre as resistências LGBTQ+ na ditadura foi importante planejar a sequência didática a partir do estudo de HELENICE ROCHA (2015). Já que há diversas possibilidades de planejamento, subtemas e materiais para abordar sobre a comunidade LGBTQ+ na ditadura, estruturar uma sequência permite que sejam trabalhados diversos pontos como as resistências e o contexto social e político, além de permitir que os estudantes pesquisem e trabalhem com fontes da época. Abaixo há o quadro da sequência planejada com a organização das ordens das aulas, os títulos e o conteúdo sugerido:

⁸ Atenta-se que não havia a nomenclatura LGBTQ+ no período da ditadura. Era conhecido como “Movimento Homossexual”. No entanto, a pesquisa está respeitando a sigla apontada nos trabalhos historiográficos. Usou-se a sigla conforme o autor. Atualmente, usa-se a nomenclatura LGBTQ+ ou outras.

1. Quadro da sequência didática

1. Contexto Histórico	“Período de caça” – Contextualização do período civil-militar brasileiro (1964 – 1985) na censura aos corpos e sexualidades devida à moral e bons costumes.
2. Folhetins	“Gays, gueis, lésbicas, sapatões e travestis” – Imprensa alternativa em combate à homofobia, transfobia, tortura e censura. / Lâmpião da Esquina (1978-1981); Chanacomchana (1981- 1987).
3. Grupos de Afirmação	“O movimento LGBTQ+ contra a repressão” – Grupos de Afirmação: SOMOS, GALF, Grupo Gay da Bahia e outros;
4. Artes	“A arte censurada” – Nomes de grupos artísticos e artistas que resistiram às censuras/ Dzi Croquettes; Cassandra Rios; Outros.
5. Direitos LGBT+	“A luta teve efeitos e reações na atualidade” - Apresentar sobre os direitos LGBTQ+ conquistados na atualidade, e a nova onda conservadora
6. ZINE	Atividade pedagógica – Construção coletiva de <i>zines</i> com os estudantes sobre as juventudes LGBTQ e a resistência à ditadura civil-militar brasileira (1964- 1985).

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Na primeira aula, será desenvolvido o contexto histórico da época focando no contexto social da comunidade LGBTQ+ (como eram vistos pela sociedade, quais eram as censuras e perseguições, como era ser LGBTQ+ naquele período). Optou-se por realizar a contextualização histórica, por pedidos no questionário, mas também por algumas respostas na sondagem que afirmavam não saber os grupos perseguidos na ditadura. Na primeira aula, também se optou por trabalhar com relatos na Comissão Nacional da Verdade, já que alguns sujeitos nunca ouviram falar sobre a CNV. A partir da segunda aula, sugere-se a abordagem de maneiras que a comunidade LGBTQ+ resistia na ditadura: publicações na imprensa alternativa, formação de grupos de afirmação, e nas expressões artísticas. A escolha também aconteceu pelos pedidos no questionário. Muitos sujeitos responderam que gostariam de aprender sobre as resistências. Desta maneira, estas aulas abordam sobre o início do movimento LGBTQ+ em busca de respeito e direitos. Na quinta aula, debate-se sobre os efeitos da luta por direitos LGBTQ+. Serve para contrapor o presente ao passado, mas principalmente para ter o entendimento de que atualmente há uma resposta conservadora contra os direitos sociais e políticos LGBTQ+ conquistados a partir da luta do movimento na ditadura civil-militar e na redemocratização do país. Relembrando que

a homofobia e transfobia antecedem a ditadura, e percorrem na história do Brasil. Por fim, como atividade pedagógica sugere-se a produção de um *Zine*, compreendido como uma pequena revista (livreto) independente com assuntos de interesse do artista. Pode ser realizado em diversas maneiras, é de temática e estrutura livre. A atividade foi pensada a partir do entendimento de que foram de suma importância para a resistência LGBTQ+ na ditadura civil-militar, o Jornal Lampião da Esquina e o boletim Chanacomchana. As páginas publicadas serviam como comunicação entre pessoas da comunidade LGBTQ+ no período, nelas eram expressadas notícias, fotografias e opiniões. Como um recurso lúdico-didático, pensou-se na produção dos zines por parte dos estudantes, representando uma das formas de resistência do coletivo no contexto histórico trabalhado pela sequência didática.

Os materiais didáticos produzidos são encontrados no *Google Drive*, via link: <https://drive.google.com/drive/folders/17qGmNfm8W07Liv8XCHvM51uKBHJlrjV3?usp=sharing>.

No subtítulo 3.2, na esquematização da sequência didática serão apresentadas as aulas com os objetivos, e as sugestões de materiais e atividades. Os materiais foram selecionados no Acervo Bajubá e no acervo do Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual, e os documentários e entrevistas no Youtube. As atividades exigem pesquisa histórica, formação de pensamento crítico, percepção de temporalidades e participação coletiva. Também há o apontamento de perguntas indagadoras para iniciar as aulas.

4.1 A LUTA LGBTQ+ NA DITADURA: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A sequência didática está fundamentada nas pesquisas históricas apresentadas na obra “Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade”, organizada por James Green e Renan Quinalha (2015). A historiografia sobre o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) tem crescido. A obra utilizada é fruto das audiências públicas da Comissão Nacional da Verdade. A primeira apresentou o tema ditadura e homossexualidade: a resistência do movimento LGBTQ+. Aconteceu em São Paulo na data 26 de novembro de 2013. Diante dos relatos de James Green e Marisa Fernandes, pesquisadores e ativistas da época, a CNV propôs a segunda audiência com mais falas de pesquisadores do tema. Nesta o tema foi ditadura e homossexualidade no Brasil, ocorrendo no dia 29 de março em 2014. Na obra organizada por James Green e Renan Quinalha (2015), são apresentadas pesquisas históricas sobre a repressão da época, causada por policiais, militares e partes da sociedade, através do

discurso pela moral e bons costumes. Também há pesquisas sobre as resistências LGBTQ+, com a produção de jornais alternativos e a integração em grupos afirmativos.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, com a proposta de apurar as violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Através de pesquisas, as violações foram relatadas em comissões e escritas para relatórios. Abordar sobre a CNV nas aulas de história permite o não esquecimento de histórias silenciadas.

Nos subitens a seguir apresentarei as principais referências bibliográficas utilizadas para compor a sequência didática. Eles estarão divididos de forma semelhante às aulas planejadas. A partir das respostas no questionário sobre o que os sujeitos gostariam de aprender sobre a história LGBTQ+ na ditadura brasileira, as referências foram analisadas e selecionadas. Através do estudo da bibliografia, pensou-se nos materiais didáticos, que são relatos, documentários, sites e fontes primárias. A organização a seguir é: **o contexto histórico**, com pesquisas sobre as perseguições policiais a homossexuais e travestis, **a imprensa alternativa**, que serviu como meio de comunicação entre pessoas do grupo LGBTQ+, **a formação dos grupos de afirmação**, que construíram o movimento LGBTQ+ e a organização de passeatas, **as artes censuradas**, sendo muitas através do deboche pelo desbunde, e os **direitos atuais LGBTQ+**, que estão sofrendo uma reação conservadora. Por fim, apresenta-se a proposta de atividade didática: a **produção do Zine**.

4.1.1 Contexto Histórico: Período de caça

A ditadura⁹ civil-militar é conhecida pelo desrespeito aos Direitos Humanos. No caso brasileiro, a repressão aumentou com a instauração do Ato Institucional nº5, que possibilitou diversas censuras e torturas por parte dos militares. Em referência à comunidade LGBTQ+, sabe-se que sofreram diversas perseguições. Uma parcela da sociedade, com pensamento conservador, não aceitava a comunidade LGBTQ+ pelas ruas. Para sobreviver o período, muitas pessoas que se identificavam com o coletivo, escondiam as suas identidades.

A pesquisa de Benjamin Cowan (2015) aponta sobre a compreensão de movimentos conservadores de que a homossexualidade era uma subversão ao regime militar da época. Ideólogos anticomunistas afirmavam que pessoas homossexuais também eram comunistas, conforme informes do Serviço Nacional de Informações, que o pesquisador apresenta. A

⁹ Para aprofundar-se no tema das ditaduras, recomenda-se os trabalhos de Caroline Silveira Bauer (UFRGS) e Enrique Serra Padrós (UFRGS).

homossexualidade era subversiva, pois ameaçava a segurança nacional. Sexualidades, identidades de gênero e corpos diferentes da norma estabelecida pelo período ditatorial eram ameaçadoras, e vistas como inimigas ao regime, pois haveria comunistas não heterossexuais ou que se transvestiam. Entretanto, categorizava-se que toda pessoa identificada como gay, lésbica, bissexual, transsexual ou travesti era comunista e uma ameaça à moral e os bons costumes das pessoas de bem do Brasil. O pesquisador aponta que nos informes da SNI e da Polícia Federal havia apontamentos sobre suspeitos de subversão referindo-os como elemento homossexual ou outros termos para apresentar os desvios sexuais ou de gênero da norma do estado e sociedade (COWAN, 2015).

O Serviço Nacional de Informações mantivera-se atento às ações da comunidade LGBT na época. Com as rondas policiais, atentavam-se aos espaços de convivência LGBT, como bares, ruas e praças. Os meios de comunicação do movimento também eram analisados, como as imprensas alternativas na produção de folhetins. A pesquisa de Benjamin Cowan (2015) aponta que agentes de informações e segurança, e parte da sociedade brasileira via a homossexualidade como uma corrupção da moral e dos costumes. Falava-se sobre o “homossexualismo”, que afetava a juventude brasileira. A Construção da identidade do coletivo LGBT, que era debatida como identidade gay, era considerada uma subversão ao sistema político da época. Assim, outros movimentos sociais também eram classificados como culturalmente subversivos, como o movimento feminista e negro. Ter uma identidade e um vínculo entre os ativistas era visto como interesse comunista (COWAN, 2015). Como a formação da identidade da comunidade LGBT era subversiva para a época, havia uma forte repressão ao movimento, principalmente com rondas policiais evitando as aglomerações em espaços públicos ou bares.

Luiz Morando (2015) apresenta sobre a repressão aos gays e às travestis em Belo Horizonte, Minas Gerais. Através da análise de reportagens de jornais mineiros da época, tais como o Correio de Minas e Diários de Minas, ele analisa a repressão policial e da sociedade. As notícias analisadas apresentam termos para identificação de travestis: entendidos, invertidos, bonecas e homens de batom e pó. O projeto de moralização era violento, como apontam alguns trechos das reportagens apresentadas pelo pesquisador, de que havia prisões de travestis encontradas à noite na rua, vigilância policial e infiltrados em espaços de sociabilidade LGBT, e batidas policiais em bares frequentados pela comunidade LGBT. As batidas policiais acarretavam em prisão de travestis e homossexuais, e inquéritos para os bares sob a alegação

de corrupção de menores para os proprietários, e alegação de falha no alvará do estabelecimento (MORANDO, 2015).

O autor apresenta os locais que pessoas da comunidade LGBT se encontravam em Belo Horizonte, e como a sociedade mineira e a polícia repreendiam a homossexualidade e as travestis- que eram ditos com o gênero masculino: os travestis. O Edifício Maletta, encontrado no centro da cidade, onde funcionavam bares e boates, era um ponto de encontro de artistas, intelectuais, “transviados” entre outros. Assim, passou a haver policiamento no local em parceria com os lojistas do edifício. O prédio era conhecido como “a esquina do diabo” (MORANDO, 2015). No Maletta, havia bares classificados como bares gays, já que homossexuais e travestis eram vistos nesses espaços, mas também eram rotulados como inferninhos. Frequentadores desses locais eram representados como subversivos. No bairro Nova Suíça, havia o *Entend’s Bar*, que foi cercado e invadido pela polícia para deter “invertidos” e menores de idade. Conforme o autor, houve o temor de que o Entend’s tivesse outro ponto no futuro. Outro bar fechado através da Operação Limpeza foi o Le Mocó, do bairro Serra. Era visto como um bar psicodélico com festas temáticas e liberdade de expressão. Em janeiro de 1969, ocorreu uma blitz policial que percorreu os inferninhos, bares e boates para deter pessoas que frequentavam esses espaços, fechando o Le Mocó. Os bares e inferninhos eram observados por policiais militares e civis disfarçados para encontrar irregularidades para fechar os estabelecimentos. Em outubro de 1969, foi fechado o Caixotinho, estabelecimento que se tornou reconhecido como um local gay, por blitz policial em busca de irregularidades. Os espaços apresentados eram frequentados por travestis e homossexuais, e duas forças ocorriam para o fechamento dos estabelecimentos. Através da brutalidade, policiais realizavam as rondas para observar o movimento nos bares e espaços públicos, e as blitz ou batidas para deter os frequentadores. Nesses momentos, os discursos pela moral e bons costumes se tornavam em força física contrária às pessoas fora da norma, que também eram apontadas como anormais, por divergirem das identidades sexual e de gênero estabelecidas pela sociedade. A outra força era a união de moradores dos bairros, pessoas “de bem”, ou ao redor dos estabelecimentos solicitando abordagem policial para fechar os estabelecimentos. Como afirma o autor, as travestis sempre estiveram ligadas, no imaginário social e na experiência policial, à prostituição e à criminalidade. Elas se envolviam com o campo artístico em performances e desfiles, e na estética como cabeleireiras e maquiadoras. As travestis se organizavam para realizar desfiles e concursos, e realizavam encontros com travestis de outros estados em boates, concursos de beleza e bailes. Nos concursos, integrantes da alta sociedade passaram a

frequentar ou contribuir com as roupas, mas o aparato policial ainda permanecia violento contra as travestis e contra os movimentos de encontro. Após o decreto do Ato Institucional nº 5, a polícia intensificou as operações contra travestis e homossexuais. Com a forte perseguição policial e com os discursos da sociedade a favor da moral e dos bons costumes, grupos de afirmação travesti e homossexual passaram a se formar, ou então a construção de meios de comunicação para integrar a comunidade LGBT, assim foi tomando forma o movimento LGBT, com os integrantes querendo existir sem medo, sem repressão policial ou da sociedade, e contra a representação de serem da vadiagem (MORANDO, 2015).

Rafael Freitas Ocanha (2015) analisa as rondas policiais em São Paulo em combate à homossexualidade. Conforme o pesquisador, durante o governo estadual de Paulo Maluf (1979-1982) os rondões policiais eram contra a presença de pessoas da comunidade LGBT em espaços públicos. Os rondões diferenciavam das rondas, já que aqueles tinham o intuito de prisão, e possuíam uma estrutura carcerária. Com estudos de criminologia por parte de policiais, as travestis eram investigadas em inquéritos contra a vadiagem. Eram classificadas e fichadas conforme o grau de perigo para a sociedade. Através da Lei da vadiagem, a polícia paulista abordava as travestis de São Paulo (p.156-157). Em 1980, o delegado paulista Richetti anuncia a Operação Cidade, que prendeu homossexuais, travestis e prostitutas. Conforme o autor, o ato de prender criminosos, na prática, havia se transformado na detenção de LGBTs e prostitutas que frequentavam o centro da cidade. Richetti se tornou conhecido pelas rondas e rondões no centro de São Paulo, inclusive sendo reconhecido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado quando publica uma nota legitimando os rondões como uma política de segurança oficial do estado. As rondas do delegado Richetti provocaram manifestações e resistências de movimentos sociais. Aconteceu também a Operação Sapatão, em novembro de 1980, para deter frequentadoras lésbicas de estabelecimentos, tais como o Ferro's bar (OCANHA, 2015).

Rita de Cassia Colaço Rodrigues (2015) também discorre sobre a repressão às homossexualidades na época da ditadura. A historiadora comenta sobre o traço autoritário e moralista do período, que marcou a forma das interações:

“De um lado, os preconceitos tradicionais, de outro, nossa cultura mandonista e violenta; no meio, a supressão do estado de direito e a institucionalização de uma figura jurídica ampla e subjetiva- estavam dadas, pois, as condições favoráveis para a exarcebação de práticas as mais deploráveis em termos de direitos civis e da dignidade da pessoa humana. [...] assim como os dissidentes sexuais, tornaram-se alvos preferenciais de ações repressivas [...]” (RODRIGUES, p. 202, 2015).

A autora disserta que aconteceram censuras em relação às atividades artísticas de homossexuais e travestis. Aponta o órgão federal de controle midiático, Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), como um órgão repressor pela guarda da moral e bons costumes. Censuravam homossexuais nos programas de televisão, apresentadores sem performar masculinidade eram vistos como prejudiciais à juventude. Na Lei de Imprensa, nº 5.250 de 9 de fevereiro de 1967, havia o artigo 17 que previa detenção de no mínimo três meses e multa de um salário mínimo para quem ofendesse a moral pública e os bons costumes. Com a utilização da Lei, os setores de comunicação sofreram censuras ao se referir sobre a homossexualidade, abriam inquéritos contra jornalista, e em 1979 o jornal *Lampião da Esquina* foi acusado de atentado à moral e bons costumes (RODRIGUES, 2015).

4.1.2 Gays, gueis, lésbicas, sapatões e travestis na imprensa alternativa

Diante da repressão policial e censura imposta, pessoas da comunidade LGBT buscaram uma alternativa de resistência ao sistema, de tornar público os movimentos policiais, de questionar os comportamentos exigidos pela sociedade brasileira conservadora, de encontrar outros da comunidade e de não serem invisibilizados. A imprensa alternativa surge em combate à ditadura civil-militar e as censuras de conteúdo ou expressões. Em 1978, foi lançado o jornal *Lampião da Esquina* no Rio de Janeiro. Houve jornais anteriores para o público homossexual, mas com baixa circulação.

Conforme Jorge Caê Rodrigues (2015), o surgimento do *Lampião* faz parte do inconformismo diante da representação e do conservadorismo que se abatia sobre uma parcela da sociedade brasileira. As décadas dos anos 70 e 80 marcam a movimentação na comunidade LGBT brasileira em combate às repressões ditatoriais. O jornal *Lampião da Esquina* se tornou reconhecido a nível nacional, e tentou abordar todos da comunidade LGBT, apesar de ter matérias em maior quantidade para o público masculino homossexual. Abordou sobre a situação das travestis, que não era tão aceita por todos da comunidade homossexual, já que a representação por parte de diversos brasileiros, heterossexuais ou não, sobre as travestis era de malandragem. O Jornal foi publicado de 1978 até 1981, com edição mensal. Nas primeiras publicações, buscava-se tons intelectuais, e após, buscou-se aproximar do “gueto”. Rodrigues (2015) afirma que o *Lampião da Esquina* iniciava um novo capítulo para a história da construção e da afirmação de uma identidade gay no Brasil. Ou identidade guei, como aparece

em algumas páginas do jornal, na tentativa de abrigar o termo “gay”. O autor também afirma que:

“O jornal tentou atingir a um público muito diverso e com muitas particularidades. A identidade do seu público pode ser percebida pela diversidade de assuntos que o jornal abarcou. Tratava de bichas, gays, entendidos, viados, homossexuais, travestis, negros, mulheres, feministas, ecologistas etc. [...] Nesta perspectiva, o jornal procurava muito mais por uma identificação com aquele que o lê do que afirmar uma identidade monolítica. [...] O homossexual brasileiro com suas múltiplas identidades, encontra no Lampião da Esquina seus semelhantes. Diferentes, porém iguais.” (RODRIGUES, p. 97, 2015).

O conselho editorial residia em São Paulo e Rio de Janeiro. A organização do jornal era com editoriais fixos: “Esquina”, onde se encontrava notícias atuais, “Reportagem”, onde era apresentada a matéria da capa, “Cartas na Mesa”, onde as cartas de leitores eram respondidas. Em outras páginas, há anúncios, entrevistas e indicações culturais, como livros. A partir da edição número cinco, há o editorial “Bixórdia” onde eram encontradas fofocas da época.

Na edição zero, a inicial, publicada no ano 1978, na seção Opinião, logo após a capa, há um artigo intitulado “saindo do gueto” onde é apresentado o jornal Lampião da Esquina, assumindo que a tentativa das próximas publicações é combater a representação do homossexual como um ser que vive se escondendo. Sair do gueto representava se assumir, ter voz pela minoria. Conforme o conselho editorial, a reivindicação do Lampião era:

“em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito - o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal. [...] Nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor -- que a nossa preferência 'sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos.” (LAMPÃO, p. 02, 1978).

Ao assumir essa posição na luta da imprensa alternativa, ser um jornal que aborde sobre a sexualidade, o Lampião se tornou uma fonte de comunicação da comunidade LGBT, com venda de em média vinte mil exemplares para o Brasil. Foram publicadas quarenta e uma edições, contabilizando com as edições extras e a número zero. Para a sequência didática, foram selecionados alguns editoriais para trabalhar nas aulas de história: seção opinião “saindo do gueto” da edição zero do ano 1978, seção ensaio da edição treze do ano 1979, seção reportagem da edição dezesseis do ano 1979, seção violência da edição vinte e seis do ano 1980 e seção entrevista da edição vinte e nove do ano 1980. Abaixo, serão abordadas as matérias escolhidas e o porquê do uso delas na aula de história. A edição zero foi a inicial, e apresenta a primeira

visão do conselho editorial do *Lampião*, sair do gueto. A seção escolhida é interessante para abordar sobre o reconhecimento dos estudantes atuais com a opinião do editorial de 1978.

Na pesquisa de Rodrigues (2015), apresenta-se os períodos do *Lampião da Esquina*. Na edição número cinco, há um alerta sobre o jornal ter se tornado alvo de inquérito policial contra a moral e os bons costumes, que passa a ser debatido nas próximas publicações. Na edição número doze, na capa são apresentadas fotografias dos editores fichados na polícia. No ano de 1980 as divergências de pensamento entre o conselho editorial foram aparecendo nas publicações, principalmente com a questão de quem era o público do jornal. Desde a edição vinte e sete começaram as publicações com fotografias de homens nus. Com o tempo, o *Lampião* teve diminuição nas vendas e decretou o fim das publicações, em 1981. Para a sequência didática, considerou-se importante a abordagem referente ao processo de ideias expostas pelo *Lampião*.

Na edição cinco do ano 1978, na última página há o alerta sobre os inquéritos com jornalistas que escreveram matérias sobre a homossexualidade, e o jornal manifesta preocupação com a ideia de que ser homossexual era ser imoral. Na edição treze do ano 1979, encontra-se na capa o título “de Sodoma a Auschwitz, a matança dos homossexuais”, com apresentação na seção ensaio. O artigo foi reproduzido no *Lampião*, mas foi publicado pela primeira vez no *Boletim Cidams*, em 1972. É apresentada a repressão da Alemanha nazista com os homossexuais. Em complemento, uma página acima, é apresentado também na seção ensaio, um artigo pensando a situação no Brasil, intitulado “moral e bons costumes: uma questão de economia”. Nele, é debatido sobre a homossexualidade no Brasil e abordada a situação econômica do país, pensando sobre as diferenças de classe social entre a comunidade homossexual. Escrito por Newton Martinez Cunã, é apresentada a ideia:

No Brasil de hoje- tão contraditório- temos uma clara posição. Uma censura moribunda, baseada num código da moral e bons costumes arcaico, agride aparentemente a “liberdade de expressão” - de uma minoria. [...] O homossexualismo é o alvo mais fácil que existe. Para pessoas inteligentes ser chamadas de homossexual pode ser até uma forma muito sofisticada de elogio. Para a classe média é xingamento até no trânsito tumultuado das cidades (LAMPPIÃO DA ESQUINA, v. 13, p.16, 1979).

É importante compreender a reação do *Lampião* com o inquérito para os integrantes editoriais. Na edição treze, mostra-se ensaios críticos contra o ideal da moral e dos bons costumes. Foram relevantes para o debate sobre a homossexualidade, as travestis e a transexualidade no período da ditadura civil-militar, que por mais que estivesse em um período

de abertura da política, a censura e a repressão com a comunidade LGBT ainda se manteve intensa.

Na edição número dezesseis do ano 1979, na seção reportagem, há uma entrevista com integrantes do grupo de afirmação homossexual SOMOS. De início, o Lampião afirma que estão começando a surgir grupos homossexuais no Brasil, e de que esse movimento era inédito (LAMPIÃO, 1979). A entrevista é apresentada como um debate, e comenta que o jornal passará a trazer mais escritas e discussões sobre a nova maneira de fazer política.

Na edição número vinte e seis do ano 1980, na seção violência, com o título “São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti”, são expostas as operações “de limpeza” na cidade de São Paulo contra travestis e homossexuais. Na matéria também é apresentada a reação da comunidade LGBT contra a repressão policial, com fotografia de uma passeata com mulheres lésbicas no comando. Conforme o Lampião, alguns slogans gritados na passeata eram: “Richetti enrustida deixa em paz a nossa vida” e “amor, tesão, abaixo a repressão” (LAMPIÃO, 1980). Debater as edições acima apresentadas em sala de aula possibilita a análise crítica e histórica de como o movimento LGBT foi se constituindo como resistência do coletivo para a repressão da ditadura civil-militar brasileira.

Nas edições do último semestre de 1980 e do início do ano 1981, repara-se que o jornal Lampião da Esquina sofreu um processo de alteração da linguagem das reportagens, e das apresentações de matérias e capas. Buscou-se um público diferente, a intenção era ter leitores do gueto. No entanto, essas transformações acarretaram em discordâncias da comissão editorial. O jornal iniciou a sua luta com o movimento homossexual, e foi dando voz às travestis, aos negros, aos indígenas, e ao movimento feminista. Entretanto, com as últimas publicações, o Lampião estava sendo interpretado como um jornal pornográfico ou vulgar.

Na edição vinte e nove do ano 1980, na seção entrevista há uma conversa com a escritora Cassandra Rios. Identificava-se como uma mulher lésbica, e escrevia livros sobre a homossexualidade, mas foi censurada pela ditadura por abordar o “homossexualismo” e o erotismo em suas páginas. Na comunidade LGBT, também sofreu preconceito por ser considerada vulgar. A entrevista com a Cassandra Rios buscou discutir a crença de que a homossexualidade era pornográfica. Utilizar essas páginas na sala de aula permite a compreensão de que a escolha de assuntos estava se alterando no Lampião, e sobre os diferentes pensamentos que estavam existindo na comunidade LGBT. Por mais que as identidades se

caracterizem como um movimento ou uma união, é passível que haja diferentes entendimentos sobre outros assuntos nessa identidade coletiva.

As mulheres lésbicas produziram um boletim para expor a situação delas no Brasil durante o período da ditadura civil-militar. Abordavam sobre feminismo e lesbianidade. Como mulheres, queriam debater sobre o machismo, e sentiam preconceito inclusive na comunidade LGBT, principalmente dos homens cisgêneros. O coletivo lésbico-feminista lançou o boletim Chanacomchana em 1981, e a última publicação foi em 1987. Em diversos artigos escreveram sobre a normatividade e a heterossexualidade, pensando sobre as mulheres homossexuais e cisgêneras.

Semelhante ao jornal Lampião da Esquina, o boletim abordou sobre a homossexualidade e a repressão da ditadura. No entanto, a linguagem utilizada pelas redatoras era de seriedade e a escolha dos temas eram pautados para a emancipação feminina, em termos políticos, econômicos e sociais. Repara-se que o design se difere totalmente do Lampião, já que o Chanacomchana era um boletim sem alta produção e editora. Para a sequência didática foram escolhidos os boletins da edição número zero e edição número dez, respectivamente publicados nos anos 1981 e 1985.

Na edição de número zero, na página quatro há a matéria intitulada “exercício de liberdade”, escrito por Miriam. É apresentado os problemas que o coletivo lésbico-feminista estava passando para envolver e debater sobre todas as condições das mulheres lésbicas. Também expõe que apesar das dificuldades, o movimento lésbico estava trazendo resultados como estimular o debate sobre feminismo. Abaixo da matéria, está o editorial do ChanacomChana apresentando a escolha do nome e afirmando que é um boletim para abordar as facetas minoritárias da sociedade e da vida (CHANACOMCHANA, 1981).

Na edição de número dez, na primeira página há o artigo “o mito da opção sexual e a organização lésbica”, escrito por Miriam. Nele é manifestada a compreensão de que a sociedade machista não recriminava o lesbianismo em questão sexual, mas amorosa e como um estilo de vida. A autora explicita sua visão afirmando que se essas mesmas mulheres decidem partir para uma vida em comum, ou seja, abandonam seus casamentos e cortam qualquer interferência masculina de suas relações, tudo muda de figura (CHANACOMCHANA, 1986).

Para a aula de história, apresentar o boletim Chanacomchana é tornar possível o entendimento de que as mulheres lésbicas também se envolveram com os meios de

comunicação da resistência, e que se envolveram com o coletivo das mulheres para debater o feminismo e o machismo, além de pautarem sobre a lesbianidade. O boletim foi produzido pelo grupo GALF, que derivou do grupo de afirmação homossexual SOMOS.

4.1.3 O movimento LGBT+ contra a repressão

Em decorrência da repressão das rondas policiais e das censuras através da Lei da Imprensa, por exemplo, grupos de afirmação homossexual foram se consolidando nas regiões do Brasil. O jornal *Lampião da Esquina* divulgava em suas páginas esse acontecimento inédito, e disponibilizava os nomes dos grupos que estavam se formando. Os que se tornaram mais conhecidos foram o Grupo Gay da Bahia e o Somos, que teve uma separação das mulheres lésbicas para formar o Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF). Em um contexto histórico de surgimento de grupos feministas, do movimento operário e do movimento negro unificado, surge o movimento homossexual, mas com dificuldades, já que haviam muitos homossexuais não assumidos naquele período de repressão.

O Somos: grupo de afirmação homossexual foi fundado em 1978 na cidade de São Paulo, e foi ativo até 1983. Conforme James Green (2015), o grupo foi se formando através de encontros de homossexuais em apartamentos, e estreou em um debate no departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (GREEN, 2015a). Entre discussões, o grupo tentava mostrar a importância de falar sobre as sexualidades e as diferentes identidades que não a heterossexual, mas tiveram confrontos ideológicos com estudantes de princípio político de esquerda. Internamente, o grupo SOMOS também teve divergências de ideias dos participantes sobre os movimentos populares e quais deveriam ser as atitudes do coletivo no sistema político. Entender-se homossexual e lutar contra a repressão da ditadura civil-militar era por parte de todos, entretanto, confrontos internos surgiram com debates sobre participar de movimentos operários (GREEN, 2015a). Em 1980, no manifesto do 1º de maio, alguns participantes do SOMOS organizaram um piquenique, e outros foram para o manifesto a favor dos movimentos operários e sindicais, conforme relatos de James Green (2015) e Marisa Fernandes (2015). Em abril de 1980 ocorreu em São Paulo o Primeiro Encontro de Grupos de Homossexuais Organizados, o evento teve a participação de alguns grupos de afirmação homossexual, e inspirou a formação de outros pelo país. No ano 1984, ocorreu o Segundo Encontro de Grupos de Homossexuais Organizados, realizado em Salvador, com a participação de poucos grupos,

em decorrência da divergência de ideias na comunidade LGBT sobre o movimento operário e a esquerda, a falta de recursos financeiros, e o número baixo de integrantes nos grupos.

Em 1981, ocorreu a formação do GALF. Com a integração de mulheres lésbicas, o grupo formou-se em decorrência de divergência de pensamentos de alguns integrantes homens do SOMOS que mantinham atitudes e falas machistas. O GALF criou o boletim Chanacomchana, e o distribuíam no Ferro's Bar. O movimento lésbico se tornou um agente político em bares frequentados por mulheres lésbicas, e na mídia. Rosely Roth, integrante do GALF, foi convidada para o programa na TV da Hebe Camargo para discutir a homossexualidade feminina. O programa sofreu censura, e o GALF se tornou reconhecido nacionalmente, conforme relato de Marisa Fernandes (2015). Em 23 de julho de 1983, integrantes do GALF foram expulsas do Ferro's bar por estarem vendendo o boletim Chanacomchana. Após, no dia 19 de agosto concentraram-se no bar, lésbicas, gays, ativistas de direitos humanos e jornalistas, marcando um momento da luta lésbica brasileira.

O movimento LGBT se unia em passeatas contra as operações repressivas do estado paulista, sendo a ocorrida no ano de 1980 uma das mais conhecidas. Fernandes (2015) relata que em conjunto, o movimento organizou um ato público no dia 13 de junho, e que se tornou uma passeata. Nessa ação, houve ampla participação de lésbicas, travestis e gays, inclusive com faixas e slogans verbais. Os dizeres no ato eram contra Richetti e a repressão, e também a favor do amor. A passeata virou matéria no jornal O Lampião da Esquina.

4.1.4 A arte censurada

Na ditadura civil-militar brasileira, para manter a imagem da moral e dos bons costumes, movimentos artísticos eram censurados pela Lei de Imprensa. Artes (literatura, música, pinturas, apresentações teatrais) que abordassem a homossexualidade ou outras identidades de gênero, como a androginia- eram censurados por “homossexualismo” e os artistas eram considerados subversivos. Segundo James Green,

Enquanto os militares controlavam o governo, as transformações sociais e culturais que ocorriam no país iriam afetar as noções de gênero e homossexualidade. Cantores como Caetano Veloso, Maria Bethania e Ney Matogrosso apresentavam uma imagem andrógina que transgredia os papéis sexuais, e implicava um desejo bissexual. (GREEN, p.281, 2015a).

Aqui, cabe ressaltar que a construção desta aula não foi fácil. A censura da época acarretou em diversos materiais artísticos não divulgados. Há nomes de artistas que foram censurados pela

ditadura civil-militar, visto que suas expressões corporais e atitudes não eram bem vistas pelo aparato militar e por uma parcela da sociedade. Portanto, há sujeitos que na época, não se identificam como parte da comunidade LGBTQ+, mas provocavam interrogações aos militares e civis.

Como resistência na arte, chama-se essa atitude artística de desbunde. Para a esquerda da luta armada, desbundar era abster-se do movimento contra a repressão ditatorial. O desbunde era da contracultura, entendida como se libertar de padrões sociais e conhecer-se. No coletivo LGBTQ, o desbunde acontecia por artistas que contestavam o ser feminino e o ser masculino, e também uma sexualidade fixa. Para a sequência didática, optou-se por apresentar as Dzi Croquettes. A contracultura manifestou outras maneiras de viver, de humor, de arte, e de ser.

As Dzi Croquettes foi um grupo carioca criado em 1972 para apresentações teatrais e de danças. Eram homens maquiados, com trajes considerados femininos. Ressalta-se que mantinham seus signos corporais considerados masculinos- como os pelos faciais e músculos desenvolvidos. Através do deboche se manifestavam contrários à ditadura com o ideal de moral e bons costumes. Foram censurados pela ditadura, e os integrantes se exilaram na França. O nome surgiu do salgado croquete, em alusão ao fato de que somos feitos de carne (NETO; CHAVES; NÓBREGA, 2018). Admitir que é feito de carne naquele contexto era entender que os corpos poderiam ser livres com as suas performances.

3.1.5 A luta teve efeitos e reações na atualidade

Atualmente, no contexto brasileiro, há o termo “ideologia de gênero”¹⁰ em combate ao ensino sobre gênero e sexualidade, no entanto o termo é utilizado para censurar socialmente artistas ou personalidades desviantes da norma heterossexual e cisgênera. Seffner (2021) demonstra a rivalização entre o conservadorismo e grupos que querem abordar sobre gênero e sexualidade. O autor comenta sobre os dois lados, por exemplo a Parada do Orgulho LGBTQ, de São Paulo, e a Marcha para Jesus, de São Paulo. Ou as campanhas legislativas para a retirada de temas em gênero e sexualidade em questões escolares, ao mesmo tempo que jovens solicitam aprender mais sobre o assunto (SEFFNER, 2021). Foi exemplo de censura às artes devido o discurso da ideologia de gênero, o fechamento do *queer* museu¹¹ em 2017. Entende-se que

¹⁰ O termo é formulado através de interpretações conservadoras em combate à diversidade sexual e de gêneros.

¹¹ O Queer Museu- Cartografias da Diferença na Arte Brasileira foi uma exposição no Banco Santander, em Porto Alegre-RS no ano 2017. A exposição foi fechada devido as manifestações de parte da sociedade brasileira alegando que era inapropriado para crianças, apesar da entrada ter sido permitida apenas para adultos.

esses discursos de combate ao gênero e sexualidade agem como reação às conquistas do movimento LGBTQ+. Lopes (2015) afirma que há uma resistência brutal por parcela de cidadãos que defendem os preconceitos sociais.

Há uma lista ¹²enorme de direitos sociais e políticos conquistados pelo movimento LGBTQ+. São totalmente marcantes os seguintes, em questão de medicina e psicologia: em 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM) retira o termo "homossexualismo" de sua lista de transtornos mentais; em 1997, o CFM publica a Resolução nº 1.482/97, onde reconhece as cirurgias de redesignação sexual; 1999: o Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio de resolução, define que a homossexualidade não constitui transtorno mental e proíbe os profissionais da psicologia a oferecer tratamento da "cura gay"; 2018: o CFP, por meio de resolução, define que a transexualidade não constitui transtorno mental. Há marcos também no direito de família, reconheceu-se em termos jurídicos a homoafetividade. São exemplos: em 2000; o Instituto Nacional do Seguro Social reconhece a união estável entre homossexuais em 2010, o Superior Tribunal de Justiça reconhece que casais formados por homossexuais têm o direito de adotar filhos; 2011: o Supremo Tribunal Federal (STF) equipara as relações entre pessoas do mesmo sexo à de união estável. Há outros direitos conquistados, que são importantes para o respeito das identidades: em 2013, o Art. 17 da Lei Nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude), determina que os jovens não sejam discriminados por sua orientação sexual; em 2018, o Ministério da Educação emite uma resolução que autoriza os estudantes travestis e transexuais a utilizarem o nome social nos registros escolares de todas as instituições da educação básica, e também, o STF autoriza que transexuais e travestis alterem o nome e o gênero no registro civil sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual ou decisão judicial. Em via contrária aos direitos conquistados, em 2019, foi extinto o Conselho de Combate à Discriminação LGBTQ+ das políticas públicas do Brasil.

Abaixo será apresentada a sequência didática, que foi elaborada a partir do entendimento de que ao trabalhar com aulas em modo sequência no ensino de história, é preciso ter a contextualização do período, a apresentação do tema, e também a finalização do conteúdo. A organização está dividida com as aulas e seus objetivos, materiais e atividades.

¹² Na pesquisa, usou-se a lista produzida no site *Wikipédia* como referência. O link para acesso é: https://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_LGBT_no_Brasil. Acessado em: 10/05/2021.

4.2 ESQUEMATIZAÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Tema: História LGBTQ+

Assunto: As resistências da comunidade LGBTQ+ na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Objetivos:

- Reconhecer o contexto histórico do período ditatorial brasileiro (1964-1985) em relação às perseguições, às censuras e as torturas à comunidade LGBTQ+;
- Compreender as resistências do movimento LGBTQ+ em combate às censuras do período ditatorial brasileiro;
- Reconhecer a importância e a utilização de documentos históricos;
- Desenvolver o senso crítico e artístico por meio de debate e produção do material proposto;

Tempo de duração: Tempo estimado de 10h.

AULA 1: CONTEXTO HISTÓRICO

Objetivos:

- Identificar a perseguição e o preconceito contra a comunidade LGBTQ+ na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985);
- Reconhecer a importância da Comissão Nacional da Verdade para produção de análises históricas sobre o período;
- Analisar os materiais pedagógicos apresentados;
- Realizar a leitura do texto de apoio;
- Argumentar sobre o período histórico;

Materiais:

1. Vídeo curto com falas atuais dos militantes LGBTQ+ na época da ditadura militar: MEMÓRIAS DA DITADURA | LGBTQ+60: Corpos que Resistem- Episódio 6, gravação do Projeto #Colabora. Link no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=Jt7PTq1D5RA&t=1s>
2. Comissão Nacional da Verdade- Fala de James Green: Link no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=9kLSQ1fNlfo>
3. Site Memórias da Ditadura/ ANISTIA- Comunidade LGBTQ+: <http://memoriasdaditadura.org.br/cnv-e-lgbts/> <http://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/>

Atividades: Leitura do texto de apoio e do site Memórias da Ditadura. Realizar um debate com a turma sobre os materiais apresentados pelo professor. Sugestão de perguntas para o debate:

- a. Como era ser LGBT+ nessa época?
- b. Havia repressão contra as pessoas LGBT+?
- c. Quais eram as resistências pelos LGBT+ na ditadura civil-militar?

AULA 2: IMPRENSA ALTERNATIVA LGBT+

Objetivos:

- Reconhecer o jornal Lampião da Esquina e o folhetim Chanacomchana como documentos históricos da resistência LGBT+ na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985);
- Compreender a importância da escrita e divulgação da imprensa alternativa naquele período;
- Analisar os documentos utilizados na aula;
- Preencher a ficha técnica de acordo com a leitura;
- Dialogar com o coletivo sobre os seus aprendizados.

Perguntas:

- a. Para vocês, usar a comunicação é uma maneira de resistir?
- b. Vocês já ouviram sobre a imprensa de resistência LGBT+?

Materiais: Folhetins Lampião da Esquina e Chanacomchana, disponíveis no Drive.

Atividade proposta: Dividir a turma em grupos, e apresentar as matérias disponíveis no Drive. Realização de uma ficha técnica sobre estes.

1. Ano da Produção e edição;
2. Nome do Jornal/ boletim;
3. Escreva sobre a reportagem;
4. O que mais chamou a atenção do grupo na reportagem?
5. Há imagens? Quais?
6. Em que acervo se encontra?
7. Como era difundido?

AULA 3: FORMAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT+

Objetivos:

- Identificar alguns grupos de afirmação homossexual que surgiram na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985);
- Compreender a relevância dos grupos de afirmação homossexual para a época;
- Pesquisar a história dos grupos de afirmação: formação e integrantes;
- Participar respeitosamente.

Pergunta:

Vocês sabiam que a comunidade LGBTQ+ se uniu para resistir?

Materiais:

Vídeo LGBTQs no Regime Militar, Jornal da USP, a primeira passeata:
https://www.youtube.com/watch?v=vS8qi_oDkGE

Vídeo LGBTQs no Regime Militar, Jornal da USP. Link do youtube. O grupo SOMOS:
<https://www.youtube.com/watch?v=7oNqW3WWy6w>

Atividade proposta: Solicitar que os estudantes pesquisem sobre os grupos de Afirmação da época (SOMOS, GALF, Grupo Gay da Bahia e outros). Após, apresentar materiais sobre os grupos. O professor pode auxiliar na pesquisa com materiais complementares dispostos no drive (impressos, fotografias, documentários).

AULA 4: ARTE CENSURADA

Objetivos:

- Perceber as censuras enfrentadas por artistas que suas artes eram categorizadas como apresentadoras do “homossexualismo”;
- Conhecer alguns artistas censurados na época;
- Estimular o pensamento crítico referente às censuras com artistas;
- Dissertar sobre as aprendizagens construídas durante a sequência didática;
- Colaborar com o coletivo.

Pergunta: Vocês sabiam que as artes eram censuradas na ditadura civil-militar?

Materiais:

1. Documentário Dzi Croquettes, link youtube:
<https://www.youtube.com/watch?v=OGrIMj-4UWc>

2. Catálogo da Exposição LGBTQ na ditadura: Orgulho e resistência em SP. Documento disponível no drive.

Atividade: Escrever um texto sobre as suas aprendizagens e reflexões perante o assunto trabalhado nas aulas. (pode ser tarefa realizada em casa).

AULA 5: DIREITOS CONQUISTADOS E A REAÇÃO CONSERVADORA ATUAL

Objetivos:

- Conhecer os direitos sociais e políticos conquistados pelo movimento LGBTQ+
- Reconhecer a reação conservadora atual aos direitos conquistados pelo movimento LGBTQ+ ao decorrer da história;
- Estimular o pensamento crítico sobre a reação conservadora em reação ao movimento social;
- Ler e interpretar as reportagens apresentadas;
- Participar respeitosamente.

Perguntas:

- a. Como pessoas conservadoras da sociedade brasileira reagiram às resistências do coletivo LGBTQ+?
- b. Há diferenças no tratamento aos indivíduos LGBTQ+ na ditadura civil-militar e no presente?

Materiais: Reportagens atuais sobre a ideologia de gênero, e sobre o fechamento do Queer Museu. Há também a lista dos direitos conquistados pelo movimento LGBTQ+.

Atividade: Divisão da turma em três grupos conforme os materiais: direitos conquistados, reportagem sobre ideologia de gênero e reportagem sobre o Queer Museu. Realizar um debate com a turma sobre as diferenças do passado e da atualidade.

AULA 6: PRODUÇÃO PEDAGÓGICA DO ZINE

Objetivos

- Reconhecer a seriedade do Zine para a comunicação;
- Construir coletivamente o zine;
- Apresentar o zine para o coletivo;
- Colaborar com o grupo/dupla;
- Respeitar a produção dos colegas;

Materiais do professor: Levar revistas, canetas, tesouras, papéis A4 ou cartolinas, colas, fontes históricas (Exemplos: fotografias, reportagens e letras de músicas), ou utilizar os computadores da escola para acessar o *site* Canva.

Atividade: Produção de um *Zine*. A atividade pode ser realizada em grupos. A sugestão é que os zines produzidos respondam as perguntas:

- a. Como era o contexto histórico na ditadura civil-militar?

- b.** Como era ser LGBT+ nessa época?
- c.** Quais foram as formas de resistência?
- d.** Relacione o passado com o presente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sequência didática e os materiais didáticos construídos permitem uma nova perspectiva para o ensino da ditadura civil-militar brasileira nas aulas de história. Não foi posta em prática, mas para a sua produção, teve uma etapa anterior, que se tornou importantíssima: a sondagem pedagógica. A pesquisa abre possibilidades para os docentes pensarem sobre o reconhecimento de estudantes na disciplina.

Com a proposta da elaboração de uma sequência didática e de materiais didáticos que permitam o reconhecimento de estudantes LGBTQ+ com o conteúdo sobre as resistências LGBTQ+ na ditadura civil-militar (1964-1985), a pesquisa passou por etapas: a busca por conceitos que representassem a proposta, e a sondagem pedagógica, que “ouviu” os estudantes LGBTQ+ sobre identidade, reconhecimento e aulas de história. A partir dos conceitos: identidade, reconhecimento, norma e currículo, elaborou-se um questionário online exclusivo para pessoas da comunidade LGBTQ+ (ANEXO I). O formulário serviu como uma sondagem pedagógica para a pesquisadora compreender as percepções dos sujeitos respondentes sobre o reconhecimento nas aulas da disciplina, além de analisar os conhecimentos prévios sobre o conteúdo histórico: a ditadura civil-militar brasileira e as resistências LGBTQ+ nesse período. A importância da sondagem foi principalmente de ter permitido aos sujeitos responderem sobre o que gostariam de aprender sobre a comunidade LGBTQ+ durante a ditadura, para que se identificassem com o conteúdo. Desta maneira, as respostas foram categorizadas, e obteve-se: resistências, organização do coletivo e como eram percebidos pela sociedade e pelo aparato estatal. Os materiais didáticos foram produzidos através da leitura da bibliografia sobre o assunto. Foram selecionados relatos de idosos LGBTQ+, que vivenciaram o período, documentários e sites que abordam sobre as resistências LGBTQ+ na ditadura civil-militar, relatos de historiadores na Comissão Nacional da Verdade, e fontes históricas, tais quais o *Jornal Lampião da Esquina* e o *Boletim Chanacomchana*.

Através das respostas no formulário, percebeu-se que os sujeitos da pesquisa não se reconhecem ou não se reconheceram nas aulas de história, principalmente durante o Ensino Básico. Para alguns, houve um reconhecimento apenas no Ensino Superior quando as disciplinas abordavam sobre gênero e sexualidade. Isso permite o debate sobre a importância de abordar estes conceitos não só nas aulas de histórias, mas em outras disciplinas do Ensino Básico. Ensinar sobre as diversidades possibilita o combate à homofobia e à transfobia na sociedade, que estudantes se reconheçam ou não como sujeitos da comunidade LGBTQ+, e

principalmente o amor próprio por parte de discentes que se identificam como sujeitos do coletivo. Ressalta-se que as instituições de ensino são construtoras de identidade, e devem colaborar nas lutas contra os preconceitos sociais. É necessário que estas reconheçam as identidades e as diversidades.

Outro ponto é que nenhum sujeito da pesquisa aprendeu sobre a história LGBT+ durante os estudos na escola. Aprendem através dos espaços de socialização, em conversa com outros sujeitos LGBT+ e através de meios de aprendizagem por busca própria do sujeito. Desta maneira, volta-se sobre a importância de abordar sobre gênero e sexualidade no Ensino Básico. O ensino de história é potente, e é capaz de auxiliar na construção das identidades dos estudantes. Quando as aulas de história não abordam sobre a comunidade LGBT+ ocorre o silenciamento destas identidades e suas memórias, no entanto, esse silenciamento reflete na sociedade presente, com estudantes da comunidade LGBT+ não conhecendo o passado do coletivo, e tendo que por pesquisas próprias aprenderem sobre o tema. Pensar sobre as identidades silenciadas ao decorrer da História nas aulas é combater o silenciamento de vozes e coletivos que existem e resistem, querendo ser reconhecidos pela sociedade. Aqui, podemos pensar sobre raça e gênero também. Não se afirma que o ensino de história deve pensar apenas nas identidades silenciadas, mas que é um processo importante para sujeitos se reconhecerem na história, e construir suas identidades e a autocompaixão. Novamente, a disciplina é potente.

O ensino de história precisa urgentemente sair do armário, precisa parar de se esconder em pequenos quadros em livros didáticos, por exemplo. É importante combater o conservadorismo no currículo da disciplina. Pensar em um ensino do século XXI é permitir que as instituições escolares abordem sobre as diversidades entre as pessoas. Somos diversos. Não basta querer incluir em poucas páginas ou falas, mas reconhecer que gênero e sexualidade também fazem parte da História.

6. FONTES DE PESQUISA

A lista dos nomes fictícios do questionário:

Angelina (2021)

Bruna (2021)

Cássia (2021)

Daniela (2021)

Ellen (2021)

Filipa (2021)

Frida (2021)

Gadú (2021)

Gentil (2021)

Katy (2021)

Lady (2021)

Liniker (2021)

Marsha (2021)

Mercury (2021)

Nanda (2021)

Ney (2021)

Paulo (2021)

Thalita (2021)

7. REFERÊNCIAS

BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. **O lampião da esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)**. 2016. 137 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CAMPOS, Fernanda Ricardo. **abraFANZINE: DA PUBLICAÇÃO INDEPENDENTE À SALA DE AULA**. Leituras Transdisciplinares de Telas e Textos, Belo Horizonte, v.5, n.10, p.65-77, 2009.

CHANACOMCHANA. São Paulo, n.0, janeiro, 1981.

CHANACOMCHANA. São Paulo, n.10, junho/setembro, 1986.

COWAN, Benjamin. **Homossexualidade, ideologia e subversão no regime militar**. In: GREEN, JAMES N (org). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora Edufscar, 2015.

DINIZ, Sheyla Castro. **Desbundando em anos de chumbo: contracultura, produção artística e Os Novos Baianos**. História, Assis/Franca, v. 39, e2020016, 2020. Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742020000100415&lng=en&nrm=iso. Acessado em 27 de abril de 2021.

FERNANDES, Bruna Emanuelle. LISSA, Barbara. RODRIGUES, Rita Lages. **Boletim ChanacomChana e a transformação do silêncio em linguagem e em ação: ativismo lésbico-feminista na imprensa independente**. Signo. Santa Cruz do Sul, v.45, n. 84, p. 74-90, set./dez. 2020.

FERNANDES, Marisa. **Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade**. In: GREEN, JAMES N (org). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora Edufscar, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRANÇA, George Luiz; NUNES, Valentina. **ZINISTRO: a produção de zines em sala de aula como construção autoral sobre leituras indicadas entre estudantes de ensino médio**. Revista Sobre Tudo. V.9, n.1, 2018.

FRANÇA, George Luiz; NUNES, Valentina. **ZINISTRO: A PRODUÇÃO DE ZINES EM SALA DE AULA COMO CONSTRUÇÃO AUTORAL SOBRE LEITURAS INDICADAS ENTRE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO**. Revista Sobre Tudo. V.9, n.1, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 50ª Edição. Rio de Janeiro, São Paulo. Editora Paz e Terra, 2015.

GREEN, JAMES N (org). **História do movimento LGBT NO BRASIL**. São Paulo: Editora Alameda, 2018.

GREEN, James N. **O grupo SOMOS, a esquerda e a resistência à ditadura**. In: _____(org). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora Edufscar, 2015.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. In: Educação & Realidade. v. 22, n. 2. jul/dez. 1997. p. 15-46.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais**. Editora 34. São Paulo. 1º Edição, 2003.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, n.16, setembro, 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, n.26, julho, 1980.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, n.29, outubro, 1980.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. n.0, abril, 1978.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. n.13, junho, 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. n.5, outubro, 1979.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Da dissidência à diferença: direitos dos homossexuais no Brasil da ditadura à democracia**. In: GREEN, JAMES N (org). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora Edufscar, 2015.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Lopes Guacira. **Gênero e sexualidades: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

LOURO, Lopes Guacira. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARTINS, Larissa Pinto; CAETANO, Marcio; BRAGA, Keith Daiani da Silva; JUNIOR, Paulo Melgaço da Silva. **Chanacomchana também é bacana! Imprensa lésbica e suas pedagogias culturais**. Revista Digital do LAV, Santa Maria: UFSM, v. 13, n. 2, p. 50-75, mai./ago. 2020.

MORANDO, Luiz. **Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969)**. In: GREEN, JAMES N (org). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora Edufscar, 2015.

N. GREEN, J. **“Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 15, p. 271–295, 2015a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635596>. Acesso em: 19 abr. 2021

NETO, A. A. DE L.; CHAVES, P. N.; DA NÓBREGA, T. P. **Dzi Croquettes e uma estética política do corpo: aproximações entre a fenomenologia e a teoria queer**. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 12, n. 18, 10 set. 2018.

NUNES, Priscila Spindler Corrêa. **Gênero e sexualidade nas aulas de História: composições para um currículo antinormativo**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 183p. 2020.

NUNES, Priscila Spindler Corrêa. **História das mulheres, Relações de gênero e Sexualidade na BNCC: Rebelando-se contra um ensino de história que silencie as mulheres**. 2021, no prelo.

OCANHA, Rafael Freitas. **As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982)**. In: GREEN, JAMES N (org). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora Edufscar, 2015.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. **Iconografias sarcásticas na imprensa feminista brasileira: mulherio e chanacomchana (1981-1985)**. Domínios da Imagem, Londrina, v. 11, n. 21, p. 67-92, jul./dez. 2017.

PACIEVITCH, Caroline; GIL, Carmem Zeli de Vargas; SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton Mullet. **A vida como ela foi: produzindo resistência nas aulas de História**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.17, n.4, p. 1604-1625 out./dez. 2019.

PEREIRA, Nilton M.; RODRIGUES, Mara Cristina M. **BNCC e o passado prático: Temporalidades e produção de identidades no ensino de história**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 26(107), 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3494>. Acesso em: 09/05/2021.

PEREIRA, Nilton Mullet; MARQUES, Diego Souza. **NARRATIVA DO ESTRANHAMENTO: Ensino de História entre a identidade e a diferença**. Plures Humanidades. V.14, n.1, 2013.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.101.2017.tde-20062017-182552. Acesso em: 2021-04-19.

QUINALHA, Renan Honório. **A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira.** In: GREEN, JAMES N (org). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora Edufscar, 2015.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. **AULA DE HISTÓRIA: EVENTO, IDEIA E ESCRITA.** História & Ensino, Londrina, v. 21, n. 2, p. 83-103, jul./dez. 2015

RODRIGUES, Jorge Caê. **Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura.** In: GREEN, JAMES N (org). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora Edufscar, 2015.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. **De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura.** In: GREEN, JAMES N (org). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora Edufscar, 2015.

ROSENFELD, Cinara; SAAVEDRA, Giovani. **Reconhecimento, teoria crítica e sociedade: sobre desenvolvimento da obra de Axel Honneth e os desafios da sua aplicação no Brasil.** Sociologias, Porto Alegre, ano 15, no 33, mai./ago. 2013, p. 14-54.

SEFFNER, Fernando. **É raro, mas acontece muito: aproximações entre ensino de história e questões em gênero e sexualidade.** In: ANDRADE, Juliana Alves de. PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de História e suas práticas de pesquisa. São Leopoldo: OIKOS Editora. 2º Edição. Ebook. 2021. P.422-437. Disponível em <http://oikoseditora.com.br/obra/index/id/1141>. Acesso em: 08/05/2021.

SEFFNER, Fernando. **Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, Mar.2013.

SILVA JÚNIOR, A. F. DA. **Ensino de história, identidades e consciência histórica de jovens estudantes.** Revista História & Perspectivas, v. 24, n. 45, 14 dez. 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Documentos de identidade - Uma Introdução às teorias do currículo.** Editora Autêntica, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença.** In: _____ (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

TREVISAN, João Silvério. **A arte de ser ambígua; A manipulação da homossexualidade liberada.** In: _____. Devassos no Paraíso, A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018, p. 221- 347.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teoria e conceitual.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

8. ANEXOS

I) QUESTIONÁRIO:

1. Olá! Sinta-se à vontade. Qual o seu nome completo, ou nome social ou apelido?
2. Preciso do seu contato para enviar o Termo de Consentimento! Assim poderei analisar no meu TCC as suas respostas. Qual o seu e-mail?
3. Qual a sua idade?
4. Qual a sua escolaridade?
5. Qual cidade você mora?
6. Na sua opinião, o que é ser da comunidade LGBTQIAPN+?
7. Você se identifica com a comunidade LGBTQIAPN+? Mencione quais personalidades, artistas, obras de arte e organizações foram inspiradores para a sua vida.
8. Qual a importância da representatividade (reconhecimento) para você? Comente a sua resposta.
9. Escreva algumas linhas sobre o que você pensa e conhece da História LGBTQ+.
10. Onde você aprendeu sobre a História LGBTQ+? (Aulas na Escola, Conversas com pessoas LGBTQIAPN+, Literatura [revistas, livros, folhetins, artigos científicos], podcasts, Sites de militância e/ou entretenimento, Redes Sociais, e Ainda não aprendi).
11. Você já ouviu falar sobre a Comissão Nacional da Verdade? Comente a sua resposta.
12. Você sabia que alguns grupos sociais foram perseguidos pela ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Você sabe dizer quais?
13. Se você pudesse fazer um curso sobre a História LGBTQ+ na ditadura militar brasileira (1964-1985), o que gostaria de aprender?
14. Você já se identificou ou se reconheceu nas aulas de História da escola ou universidade? Comente a sua resposta.
15. Você gostaria de aprender sobre a História LGBTQ+ nas aulas de História? Comente a sua resposta.
16. Selecione quais siglas você conhece: (GLS, LGBTQ, LGBTQ+, LGBTQTTT, LGBTQIAP+, LGBTQ, LGBTQIAPN+, LGBTQI+, GLBT).
17. Das siglas acima, por qual você se sente mais representado/a/e?

II) TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Olá, **NOME DA PESSOA!**

Quero agradecer a sua contribuição. Para que eu possa utilizar as suas respostas no meu trabalho, é preciso você ler e concordar com os termos abaixo.

Desde já agradeço.

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS/ UFRGS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “*Meu corpo é histórico: ensino de história sobre a ditadura e resistência LGBT+*”, que tem como objetivo a proposta de elaboração de uma sequência didática sobre história LGBT+ no período da Ditadura Civil-militar (1964-1985), voltada para um público LGBT+. A pesquisa busca elaborar esta proposta baseando-se na investigação de saberes prévios e expectativas de pessoas LGBT+ sobre sua história, de forma a contribuir para que o estudante LGBT+ se reconheça na História.

Para a realização desta pesquisa você respondeu a um questionário através do Google Forms, via link <https://forms.gle/W49zMkTT6RKaqLzQ9>, que será posteriormente analisado para elaborar a sequência didática. Este estudo não apresenta risco ao participante e todas as informações coletadas serão tratadas de forma a preservar o seu anonimato, sem que, e em nenhum momento, seja divulgado o nome de quem respondeu o questionário, ou outros detalhes que possam implicar no reconhecimento do pesquisado ou sua rede de relações. Os resultados agregados serão utilizados para fins acadêmicos e podem ser publicados em revistas científicas e congressos acadêmicos e, para isso, a sua contribuição é fundamental. É importante lembrar que você tem liberdade de recusar-se a participar e também de recusar-se a continuar participando a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Você leu e entendeu este formulário de consentimento livre e esclarecido? Todas as suas dúvidas foram esclarecidas? Você participa deste estudo voluntariamente? Assinale a resposta abaixo com um X e reenvie este e-mail para a pesquisadora.

SIM NÃO

Eu, **seu nome completo** , autorizo a pesquisadora Júlia Silveira Barbosa analisar as minhas repostas no questionário para fins acadêmicos.

Professora Orientadora: Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues – Departamento de História - UFRGS

Fone:

Pesquisadora: Júlia Silveira Barbosa – Graduanda do Curso de Licenciatura em História - UFRGS

Fone:

e-mail: jusb.barbosa@hotmail.com